

*Município de Mogadouro*

*Câmara Municipal*

# **Relatório de Gestão**

*do ano de 2019*

*APROVAÇÕES*

*Câmara Municipal*  
*Em 4 de abril de 2020*

*Assembleia Municipal*  
*Em 26 de junho de 2020*

ÍNDICE

I – ENQUADRAMENTO LEGAL -----	2
II – LINHAS DE INTERVENÇÃO -----	5
1 - Educação e cultura -----	5
2 - Saúde e qualidade de vida -----	10
3 - Desporto -----	11
4 - Ação Social -----	12
5 - Segurança -----	12
6 – Património Cultural -----	13
7 - Atração e dinamização da iniciativa empresarial -----	13
III – QREN e Portugal 2020 -----	14
IV – GESTÃO FINANCEIRA -----	17
1. Análise da Execução Orçamental 2019 -----	23
1.1. RECEITA -----	23
1.1.1. Execução Orçamental da Receita -----	23
1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal -----	26
1.2. DESPESA -----	39
1.2.1. Execução Orçamental da Despesa -----	39
1.2.2. Evolução e Estrutura da Despesa Municipal -----	43
1.2.3. A Despesa na ótica dos Planos -----	62
1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos -----	65
1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal -----	67
2. Endividamento -----	71
3. Despesas com o Pessoal -----	76
4. Poupança Corrente -----	76
V – ANÁLISE PATRIMONIAL -----	77
1. Evolução da Situação económica e Financeira -----	77
1.1. Análise ao Balanço -----	77
1.2. Análise à Demonstração de Resultados -----	84
Proposta de Aplicação dos Resultados -----	88
Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados -----	89

## **I - Enquadramento Legal**

No estrito cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, concretamente o que refere a alínea l) do n.  2 do artigo 25.  e alínea i) do artigo 33.  e da Lei n.  75/2013 de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de presta o de contas, relativos ao ano financeiro de 2019, com base nas Considera es Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), observando o preceituado no número 13 das referidas Considera es Técnicas, para que a Assembleia Municipal os aprecie segundo o preceituado no número 2 do artigo 27.  do RJAL.

A obriga o de submissão ao  rgo deliberativo para aprecia o das contas da autarquia está patente no n.  1 do artigo 76.  da Lei 73/2013, de 3 de setembro e independentemente da aprecia o por parte da Assembleia Municipal, os documentos sero, nos termos da Lei, remetidos para as seguintes entidades:

- Tribunal de Contas (TC), até 30 de abril;
- Dire o Geral das Autarquias Locais (DGAL), até 30 de Abril;
- Instituto Nacional de Estatística (INE), até 30 dias após a sua aprova o;
- Comissão de Coordena o e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), até 30 dias após a sua aprova o.

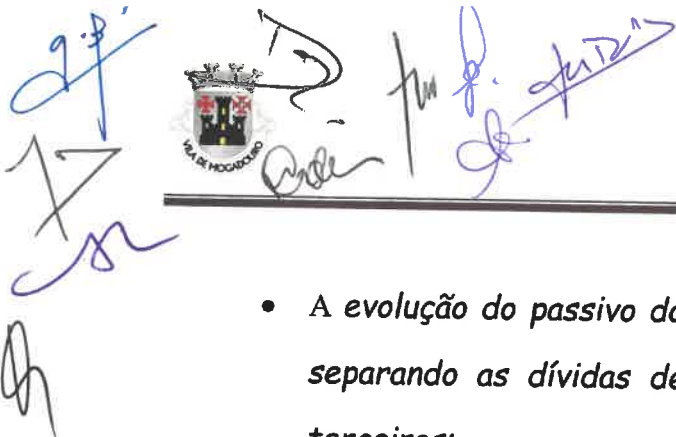
O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 refere como documentos de Presta o de Contas das autarquias locais que as remetem ao Tribunal de Contas o Balanço; a Demonstra o de Resultados; os Mapas de Execu o Orçamental; os Anexos  s Demonstra es Financeiras e o Relatório de Gestão.

O Relatório de Gestão   um instrumento importante no diagnóstico e avalia o da evolu o da atividade do Município, n  só porque a sua fun o  

*facultar a leitura dos indicadores económicos e financeiros em relação ao período em análise, mas também porque permite verificar com rigor o modo como os recursos foram utilizados e também o nível de eficiência e eficácia atingidos na prossecução dos objetivos estabelecidos, nos termos das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos competentes especialmente aquando da aprovação dos Documentos Previsionais.*

*O presente documento é elaborado à luz dos princípios anteriormente enunciados, na estrita observância dos normativos legais que lhe respeitam, num exercício que visa elucidar os titulares dos órgãos autárquicos e os munícipes em geral sobre os seguintes indicadores:*

- A execução orçamental, reportando o nível de execução orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada, os desvios registados relativamente à proposta de execução orçamental inicialmente aprovada, não esquecendo a avaliação do grau de concretização das Grandes Opções do Plano inscritas no Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes;*
- A situação económica do Município de Mogadouro no final do exercício sujeita a análise, segundo uma perspectiva de evolução da gestão dos diferentes sectores de atividade, nomeadamente no que respeita aos investimentos realizados, à estrutura de funcionamento e respetivos custos e proveitos;*
- A situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações dos resultados;*



- A evolução do passivo do Município, considerando a sua antiguidade e separando as dívidas de curto prazo, médio e longo prazo de e a terceiros;
- A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;
- Finalmente, e caso se venham a verificar, os factos que sejam considerados relevantes que tenham ocorrido após o fecho do exercício.

De acordo com o estabelecido no POCAL, a análise aos indicadores atrás referidos é apresentada em duas perspetivas distintas:

- Na Perspetiva Orçamental onde estão apresentados os níveis de execução do orçamento, numa ótica de caixa, contemplando uma análise discriminada de toda a receita arrecadada bem como da despesa realizada.

- Na Perspetiva Patrimonial onde estão expostas e analisadas as contas de maior relevo inscritas nos principais documentos contabilísticos, ou seja, no Balanço, na Demonstração dos Resultados e seus correspondentes anexos. Por outro lado, estes documentos refletem do ponto de vista financeiro, à data de 31 de dezembro de 2019, o património municipal, o passivo, a origem da formação dos resultados e ainda o destino dado aos recursos financeiros, no ano económico em apreciação. Tendo em conta que o Relatório de Gestão é apenas um dos documentos de prestação de contas, para uma completa e mais cuidada apreciação devem também ser analisados os dados inscritos nas restantes peças que o acompanham, designadamente as seguintes:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental:
  - da Receita;
  - da despesa;



- das Grandes Opções do Plano.

- Mapa de fluxos de caixa;
- Mapa de operações de tesouraria;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Notas ao balanço e à demonstração dos resultados;
- Caracterização da entidade;
- Relatório de Gestão;
- Certificação Legal de Contas.

Do Relatório de Gestão consta ainda um documento da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas com a certificação legal de contas e respetivo parecer e a relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 31 de dezembro de 2019.

## **II – Linhas de Intervenção**

### **1 – Educação e Cultura**

Durante o ano de 2019, realizaram-se na Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTTC) diversas atividades, procurando que este espaço seja de lazer, de cultura e para a cultura, promovendo através do seu Serviço de Extensão Cultural, atividades culturais para diferentes públicos e diferentes tipologias.

São disso exemplo as Horas do Conto e Leituras Seniores (63); Ateliês de Expressão Plástica (54); Apresentações de Livros e Encontros com Escritores (10); Ateliês de Culinária (3); Outros Ateliês (2); Mostras Bibliográficas (27); Exposições diversas (9); Conferências /Palestras (2); Várias Formações e Visitas Guiadas; Concursos de leitura; Feira do Livro, Espetáculos diversos; Horas do DVD, Cinema para Seniores - CINEMEMÓRIA, entre outras atividades (35).

Temos assim no final de 2019, a concretização de 207 atividades organizadas ao longo do ano naquele espaço.



De referir ainda que durante o ano em análise, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) esteve aberta ao público 253 (duzentos e cinquenta e três) recebendo a visita de 13.625 (treze mil seiscentos e vinte e cinco) Utilizadores/Leitores, significando que a referida Instituição recebeu em média cerca de 54 pessoas por dia (53,85).

De destacar também o aumento de 469 pedidos de empréstimo domiciliário, verificado em 2019 comparativamente ao ano anterior, atingindo este ano que analisamos o número de 2.823 pedidos, o que indica haver uma maior afluência e interesse pela leitura, confirmada inclusivamente pelos 80 novos utilizadores que se inscreveram ao longo do ano.

Usufruíram dos Serviços TIC da Biblioteca Municipal, 1948 pessoas ao longo de 2019.

Para melhor servir os utilizadores/leitores foram adquiridos durante o ano de 2019 diversos documentos, para atualização do fundo bibliográfico, num valor total de 7.281,05 euros, contribuindo assim para que a Biblioteca Municipal esteja cada vez mais ao serviço da comunidade e conseqüentemente permita à sociedade o seu desenvolvimento e a informação permanente.

**Ainda nesta área:**

- Realizamos as Exposições "Viaxe pelo mundo da máscara" com 163 fotografias, "Douro Internacional" com 45 quadros, "Pinturas de Napoleão" com 23 quadros, "Aquedutos de Portugal" com 30 fotografias, "Máscaras rituais de portuga" com 50 máscaras, "Amendoeiras em Flor" com 35 fotografias e "Máscaras Transmontanas" com 62 máscaras;
- Continuámos o apoio às atividades de enriquecimento curricular, em articulação com as associações de pais e agrupamentos de escolas;



*Handwritten signatures in blue ink.*

- *Continuamos a colaborar com o Agrupamento de Escolas em diversas vertentes com patrocínio da Universidade júnior;*
- *Acompanhámos e monitorizámos os diversos setores da atividade educativa, tais como transportes escolares, refeições escolares e equipamentos escolares;*
- *Atribuímos auxílios económicos escolares nos Ensinos Pré-escolar, e Básico 1º Ciclo, designadamente através do fornecimento de refeições, prolongamento de horário e oferta dos livros escolares;*
- *Cedemos gratuitamente todos os Transportes Escolares, a todos os graus de Ensino de Mogadouro;*
- *Promovemos aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC's, a todos que as pretendam frequentar;*
- *Promovemos os espetáculos de teatro "Encostas Negras" e "As Vedetas";*



- *Desenvolvemos ainda um conjunto de atividades direcionadas para crianças, famílias e idosos como dia Mundial dos Avós, o concerto de Natal Oficinas de Música, o dia Mundial da Criança, o Concurso de Presépios de rua, o Desfile de Carnaval e XI Encontro dos Cantares dos Reis;*





- Organizamos as Comemorações do 25 de abril e das amendoiras em flor onde se inserem o X BTT e a XVI prova do Circuito Nacional de

Montanha;

- Também o XVI encontro de anciãos e a Recriação da Via Sacra,



- Ainda o VI encontro de máscaras



- Promovemos a X Semana Gastronómica Micológica e a III Feira de Cogumelos e Produtos Locais;
- Organizamos várias exposições como "Arte Solta", "Pelos Caminhos do Mundo", "O Poder Democrático Local" e "Retrospectiva Esculturado";

Handwritten signatures and the coat of arms of Mogadouro.

- Organizamos mais um concurso Concelhio de Bovinos e patrocinamos o Concurso Nacional de Raça Mirandesa;
- Realizaram-se os concertos do 25 de abril "Música e Poesia de abril e outras inquietações", "Sons de Primavera" e Solidário de Natal;



- Organizamos mais um festival da Terra Transmontana;
- Promoveu-se ainda o encontro europeu de jovens luso descendentes, o encontro de música e dança tradicional transmontana e o XII encontro norte de perdigueiro;



- O Município participou também em feiras e eventos como a Feira da Caça e Turismo de Macedo de Cavaleiros, na Bolsa de Turismo de Lisboa, no XIV Festival Internacional da Máscara Ibéria em Lisboa, na Feira de produtores de Mogadouro com produtos regionais em Grosly e ainda no Congresso de Turismo Rural Transfronteiriço em Zamora;



- Foi celebrado e assinado o protocolo de geminação com a cidade francesa da Ville de Groslay;

- Patrocinou-se o juramento de bandeiras do Regimento de Infantaria de Chaves n.º 19.

## 2 – Saúde e Qualidade de Vida

- Concretizámos o programa de Ocupação dos Tempos Livres das crianças e jovens através das Férias em Movimento na Páscoa, Verão e Natal,
- Durante o ano de 2019, no universo de 77 pedidos procedeu-se a atribuição de subsídios para compra de medicamentos a 73 pessoas cujo rendimento mensal é manifestamente baixo, o que acarretou um custo de 16.744,91 euros;
- Suportamos a despesa de 42.994,40 euros com as 240 deslocações efetuadas ao Instituto Português de Oncologia no Porto e outros hospitais para realização de consultas e exames, a pessoas que precisavam de cuidados médicos, tendo usufruído deste benefício, 155 munícipes que sofrem de doenças do foro oncológico e ainda outros 107 munícipes que não sofrendo desta patologia, aproveitaram a boleia da viatura que ainda tinha lugares disponíveis. De realçar que estes munícipes realizaram várias deslocações durante o ano.
- Promovemos aulas de dança e de música através da contratação de empresas da especialidade, culminada com o Espetáculo de danças de Salão;

- *No âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência domiciliária, mantêm-se em funcionamento, aparelhos para idosos em situação de dependência/isolamento social;*
- *Mantemos o protocolo de colaboração do Planalto Mirandês para os cuidados paliativos;*
- *Foi organizado o Magusto Centro entre Gerações e Espaço Mais e o Encontro entre Gerações.*



- *Foi celebrado e patrocinado o protocolo "Há Festa na Aldeia", em Bemposta.*

### **3 – Desporto**

- *Organizamos a Gala da Associação de Ciclismo e Cicloturismo de Bragança;*
- *Apoiamos através da concessão de subsídios e cedência de transporte, as Associações desportivas do concelho;*
- *Realizamos o torneio de futebol inter aldeias, a prova de triatlo, a corrida de São Silvestre, a volta ao nordeste em bicicleta e ainda os torneios de Ténis e escolinhas de futebol;*
- *Promovemos aulas de ginástica, acompanhadas por técnicos da especialidade;*
- *Apoiamos os passeios pedestres organizados nas diversas freguesias, designadamente no Azinhoso, em Bemposta, em Brunhoso, em Vila de Ala, em Mogadouro e em Urrós, para além da organizada no Gerês;*



- Organizamos mais um Red Burros Fly-In;
- Promoveu-se a realização do "Montaine Rescue - Mogadouro 2019" - exercício internacional de montanha.

#### **4 – Ação social**

- Promovemos mais uma edição da Feira Social;
- Apoiamos 4 famílias carenciadas através do pagamento das rendas de suas habitações;
- Procedemos à melhoria de alojamento de uma família com dificuldades financeiras, com grandes reparações na sua habitação;
- Apoiamos financeiramente instituições de solidariedade social, como a Santa Casa de Misericórdia através da celebração de protocolos;
- Foram atribuídos vários cabazes de Natal a famílias mais carenciadas no valor de 1.739,55 euros;
- Durante o ano e por se verificar a falta de recursos financeiros, foram ainda anuladas as dívidas de refeições escolares e isenção do pagamento das mesmas a duas menores e ainda a isenção do pagamento de água durante um ano a uma família.

#### **5 – Segurança**

- Apoiamos e o acompanhamos da Comissão Municipal de Proteção Civil;



- *Continuámos a apoiar, através da celebração de protocolos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mogadouro tendo em vista a melhor gestão do Corpo de Bombeiros;*
- *Acompanhamos a C.P.C.J. na promoção dos direitos da criança e na prevenção do risco com a constituição de equipas multidisciplinares, que promoveram as palestras "Educar para o Direito", "Parentalidade Consciente" e "Se podes sonhar, podes concretizar" entre outras ações como o "estendal dos direitos" e o projeto "sarilhos".*

#### **6 - Património Cultural**

- *Identificam-se como instrumentos do regime de valorização, o inventário geral do património cultural, instrumentos de gestão territorial, parques arqueológicos, os programas e projetos de apoio à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios, assim como programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens. Programas e projetos de divulgação, sensibilização e animação de formação específica e contratualizada, bem como programas de voluntariado. Programas de apoio à ação educativa e programas de aproveitamento turístico. Assim, pela Sala Museu e serviços de Arqueologia, foram desenvolvidas ao longo de 2019, várias atividades das quais se destacam:*
- *O Projeto de valorização dos Castelos dos Mouros e dos Oleiros;*
- *Aquisição de mobiliário para a igreja do Convento de S. Francisco, bem como de novo relógio para a torre da mesma e restauro do anterior;*
- *Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios.*

#### **7 - Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial**



- *Atribuiu-se o valor total de 89.120,00 euros para apoio à criação de 27 novos postos de trabalho e ainda a manutenção de outros 23 apoiados anteriormente de acordo com o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de interesse Municipal;*
- *A aposta na organização e apoio de eventos que potenciem a valorização da gastronomia e promoção dos produtos locais, como a Feira dos Gorazes, Feira Franca/Amendoeiras em flor e Festival Terra Transmontana, continua a ser prioridade porque estas iniciativas, para além de permitirem uma maior visibilidade e melhor oferta de negócio dos produtos regionais, expostos pela população do concelho, atrai também a participação de vários e diferenciados expositores;*
- *Apoiamos os produtores pecuários nas despesas com a vacinação animal traduzido num custo de 52.116,60€, onde incluí valores atribuídos em 2018 e pagos em 2019, mas por outro lado não constam parte dos valores atribuídos em 2019, que só irão ser pagos em 2020, o que acontece apenas pelo atraso na entrega dos documentos por parte dos criadores.*

### **III – QREN, PORTUGAL 2020 e Outros Financiamentos**

*Estando a decorrer o Programa Operacional "Norte 2020" com o período temporal de 2014 a 2020, importa aqui fazer uma análise à sua execução. Em primeiro lugar dizer que face aos atrasos verificados no programa, o período vai ter de ser alargado, porque é de todo impossível concluir os projetos em construção e outros ainda por iniciar. Trata-se de um programa que face à nossa localização geográfica, é gerido pela CCDR Norte, e tem como objetivo final, desenvolver o concelho, dotá-lo das infraestruturas em falta, contribuindo assim para o melhoramento da qualidade de vida da população de acordo com as estratégias anteriormente definidas.*



## Prestação de contas 2019

Data	Programa	Designação	Valor Elegível	Comparticipação
19/12/2016	NORTE 2020	Casa das Associações/Antigo edifício do Banco Pinto & Sotto Mayor	282.936,43€	240.495,97€
07/07/2017	Baixo Sabor	Espaço Mais - Mogadouro apoia inclusão social	40.000,00€	36.000,00€
20/10/2016	NORTE 2020	Rede Regional de Percursos Pedestres do Douro Superior	157.202,50€	131.702,90€
	NORTE 2020	Requalificação e modernização das instalações da escola básica e secundária de Mogadouro	1.394.347,38€	1.185.195,27€
24/08/2015	NORTE 2020 POSEUR	Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas de Urrós	456.746,38€	388.234,42€
20/07/2018	NORTE 2020 POSEUR	Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro	2.205.429,94€	1.874.615,45€
30/05/2018	NORTE 2020	Projeto e Requalificação das habitações do ex Bairro Fundo Fomento	1.523.821,96€	1.295.248,66€
21/12/2018	NORTE 2020	Recinto de Valorização de Raças Autóctones	939.132,92€	200.000,00€
08/02/2018	NORTE 2020	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	392.257,00	333.418,45€
07/11/2018	NORTE 2020	Redução do consumo de energia Iluminação Pública de Mogadouro	278.481,01€	264.556,96€
25/06/2019	NORTE 2020	Construção de passadeiras, com características de acalmia e tráfego, em Mogadouro	250.498,29€	212.923,55€
03/10/2019	NORTE 2020	Reabilitação energética e funcional do Edifício da Piscina Coberta de Mogadouro	278.445,18€	127.687,02€
02/07/2019	IFAP	Rede de Castros - Beneficiação do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos	61.278,60€	30.639,30€
02/07/2019	IFAP	Modernização do Moinho da Ribeira do Juncal	79.950,00€	39.975,00€
<b>Totais</b>			<b>8.340.526,69€</b>	<b>6.360.692,95€</b>



O quadro anterior, reflete os projetos aprovados à luz do Quadro Portugal 2020 para o Município de Mogadouro, nos diversos programas e áreas variadas, contemplando apenas aqueles que tiveram execução durante o ano, ou mereceram a sua aprovação no decorrer do mesmo.

No final do ano 2019, o Município de Mogadouro, tinha projetos aprovados no valor de 6.360.692,95€, o que correspondia a um volume de investimento de 8.340.526,69€. De referir que, alguns deles vêm já de anos anteriores, outros há que estão concluídos e aguardam apenas o fecho do projeto e há ainda os que não têm qualquer execução financeira.

O mapa seguinte, identifica os projetos que estão em fase de execução, os que têm concursos a decorrer, os que se prevê serem lançados ao longo do ano de 2020 e ainda os que estando concluídos em termos de obra, têm valores consideráveis por receber ou tão simplesmente, receber os 5% finais que são pagos após o fecho da candidatura.

De acordo com o quadro apresentado, pode verificar-se que no final de 2019, o Município de Mogadouro tem projetos ou ações aprovadas e não recebidas no valor de 5.665.721,90€, sendo que, alguns deles têm prazo de execução por mais que um ano, e outros que ainda não têm execução, significando que se trata de um valor que não vai ser recebido na totalidade em 2020.

Projetos	Valor Pago	Saldo
Casa das Associações- Antigo Banco Pinto & Sotto Mayor	228.384,75€	12.110,32€
Requalificação e modernização das instalações da escola básica e secundária de Mogadouro	0,00€	1.185.195,27€
Espaço Mais - Mogadouro apoia inclusão social	36.000,00€	0,00€
Grande Rota do Douro Internacional e Douro Vinhateiro	73.995,26€	3.894,49€
Rede Regional de Percursos Pedestres do Douro Superior	106.350,09€	25.352,81€
Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas de Urrós	258.969,98€	129.264,44€

Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro	69.159,83€	1.805.455,62€
Projeto e Requalificação das habitações do ex Bairro Fundo Fomento	0,00€	1.295.248,66€
Construção de passadeiras, com características de acalmia e tráfego, em Mogadouro	0,00€	212.923,55€
Planos integrados e inovadores de combata ao insucesso escolar	0,00€	333.418,45€
Recinto de Valorização de Raças Autóctones	0,00€	200.000,00€
Redução do consumo de energia Iluminação Pública de Mogadouro	0,00€	264.556,96€
Reabilitação energética e funcional do Edifício da Piscina Coberta de Mogadouro	0,00€	127.687,02€
Rede de Castros - Beneficiação do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos	0,00€	30.639,30€
Modernização do Moinho da Ribeira do Juncal	0,00€	39.975,00€
<b>TOTAIS</b>	<b>772.859,91€</b>	<b>5.665.721,89€</b>

#### **IV - GESTÃO FINANCEIRA**

##### Principais indicadores da Gestão Orçamental

O Relatório de Gestão procura evidenciar a situação económica e financeira da autarquia no final do ano de 2019, permitindo assim o conhecimento real sobre a eficácia atingida sobre os objetivos traçados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados para o mesmo ano.

*O orçamento apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas de acordo com o ponto 2.3.2 das considerações técnicas do POCAL, pelo que como em qualquer análise e independentemente do cumprimento dos princípios orçamentais e das regras previsionais na sua elaboração, está sempre sujeito a correções pelo impacto financeiro de situações não previstas.*

*Nos termos do ponto 8.3.1 das considerações técnicas atrás citadas, essa é uma faculdade que pode assumir a forma de alteração que pode incluir reforços de dotações de despesas em contrapartida de diminuições ou anulações de outras*



*dotações, ou revisão orçamental, que dando origem ao aumento global da despesa prevista, implica sempre uma revisão ao orçamento.*

*Desde a entrada em vigor da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que introduziu alterações à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA, entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, foram impostas novas regras na assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas., a qual representa um importante instrumento de controlo da execução orçamental. Ao impor o cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, funciona como medida cautelar na gestão municipal, reduzindo assim o risco orçamental na medida em que faz depender da existência de recursos financeiros as aquisições, a execução de obras ou a atribuição de subsídios e apoios a outras entidades, concluindo-se assim que, se o orçamento estiver sobre orçamentado do lado da receita, aquela Lei, impede a realização de nova despesa porque esta só pode ser assumida se for verificada a existência de fundos disponíveis para a pagar.*

*Também os encargos da dívida transitada de anos anteriores, além de terem que estar inscritos no orçamento do novo ano económico, devem ser os primeiros a ser registados nos fundos disponíveis porque a Lei impõe que só depois de registados esses compromissos se pode avançar com novas despesas, desde que as mesmas tenham cobertura nos fundos disponíveis.*

### **RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA**

*O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria evidenciando também os saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem. Os valores de operações de tesouraria referem-se a*



cobranças que a autarquia faz para entidades terceiras, relativas a: Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, I.R.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Estes movimentos resultam de entradas e saídas de fundos feitas à margem do orçamento, sendo objeto de movimentação contabilística apenas no sistema da contabilidade patrimonial.

O Fluxo das Atividades Operacionais que resulta da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente é positivo em 1.657.058,84 euros.

Na ótica do pagamento, o investimento efetuado pelo Município durante o exercício de 2019 foi superior às receitas de capitais, apresentando assim, o Fluxo das Atividades de Investimento um superavit de 1.202.538,48 euros, refletindo assim o financiamento de parte do Investimento, com a Poupança Corrente.

<b>Recebimentos</b>		<b>Pagamentos</b>	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	3.344.863,81€	DESPESAS ORÇAMENTAIS	13.321.711,99€
Execução Orçamental	2.955.992,21€	Correntes	9.929.919,61€
Operações de Tesouraria	388.871,60€	Capital	3.391.792,38€
<b>RECEITAS ORÇAMENTAIS</b>	<b>13.778.564,16€</b>	<b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b>	<b>942.484,69€</b>
Correntes	11.586.978,45€	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	3.862.152,78€
Capital	2.189.253,90€	Execução Orçamental	3.412.844,38€
Outras	2.331,81€	Operações de Tesouraria	449.308,40€
<b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b>	<b>1.002.921,49€</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>18.126.349,46€</b>	<b>TOTAL</b>	<b>18.126.349,46€</b>

Assim, como se constata, no ano 2019, o valor dos fluxos financeiros apresenta um total de 18.126.349,46 euros.



Foram efetuados pagamentos no valor de 13.321.711,99 euros, desagregados em despesas correntes 9.929.919,61 euros, e despesas de capital 3.391.792,38 euros.

Por outro lado, o valor dos recebimentos totalizou 13.778.564,16 euros, acrescidas do saldo transitado da gerência anterior no valor de 2.955.992,21 euros. O valor das receitas correntes foi de 11.586.978,45 euros, enquanto as receitas de capital totalizaram 2.189.253,90 euros e as outras receitas 2.331,81 euros.

Destaca-se o saldo transitado para 2020 (gerência seguinte) no valor total de 3.862.152,78 euros, desagregando-se em execução orçamental o valor de 3.412.844,38 euros e operações de tesouraria o valor de 449.3087,40 euros, valor que corresponde ao saldo do Município em Caixa e Depósitos à Ordem, conforme consta do Balanço a 31/12/2019. O saldo orçamental que transita para o exercício seguinte, poderá ser utilizado em despesa de 2020 após a aprovação da respetiva revisão orçamental pelo Órgão Deliberativo.

A título de *Operações de Tesouraria* foram recebidos, durante o ano de 2019, o valor de 1.002.921,49€ aos quais acresce o saldo de gerência do ano anterior a este título, no montante de 388.871,60€. Saíram para as diversas entidades 942.484,69€, pelo que resultou um saldo para a gerência seguinte no montante de 449.308,40€.

Os quadros seguintes oferecem uma perspetiva geral quanto à forma como se distribuíram as receitas e despesas e qual o seu peso na estrutura global das receitas e despesas arrecadadas e realizadas em 2019.

#### **COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO**

O Quadro seguinte compara os valores orçamentados com os valores efetivamente realizados, traduzindo a taxa de execução de cada uma das rubricas.

Decompondo a receita global, temos que 69,24% dizem respeito a receitas correntes, 13,08% se referem a receitas de capital e 17,68%. Nas primeiras assumem maior peso as transferências correntes, seguindo-se a venda de bens e serviços correntes e os impostos diretos, tês rubricas que por si só representam cerca de 63,82% das receitas totais cobradas.

No que diz respeito à execução, a Receita Corrente teve uma taxa de 93,9%, enquanto a Receita de Capital foi superior a 100,00%, resultante da alteração feita no final do ano, portanto com as previsões corrigidas. Quanto à Despesa e tendo também em conta os valores previstos no Orçamento Final, regista uma taxa de execução de 94,34% na corrente e 50,08% na de Capital.

CAPÍTULOS	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
<b>RECEITAS</b>				
Correntes	12.335.557,00 €	12.335.557,00 €	11.586.978,45 €	93,90%
Capital	6.250.626,00 €	2.004.691,98 €	2.189.253,90 €	109,20%
Outras	0,00 €	2.958.234,02 €	2.958.324,02 €	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>18.586.183,00 €</b>	<b>17.298.483,00 €</b>	<b>16.734.556,37 €</b>	<b>96,70%</b>
<b>DESPESAS</b>				
Correntes	10.526.135,00 €	10.526.135,00 €	9.929.919,61 €	94,34%
Capital	8.060.048,00 €	6.772.348,00 €	3.391.792,38 €	50,08%
<b>TOTAL</b>	<b>18.586.183,00 €</b>	<b>17.298.483,00 €</b>	<b>13.321.711,99 €</b>	<b>77,01%</b>

A taxa global de execução da receita com 96,7%, correspondente ao valor de 16.734.556,37 euros, é alcançada pela inclusão do saldo da gerência anterior no valor de 2.955.992,21 euros através de uma revisão orçamental, sendo assim



*cumprido o objetivo de uma taxa de execução mínima de 85% da receita prevista no orçamento, conforme definido na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (LFL).*

*O Orçamento para 2019 apresentava um valor de 18.586.183,00€ para a dotação inicial prevista, tendo o valor para a dotação final sido alterado para 17.298.483,00 euros, resultando da sua desagregação os valores de 12.335.557,00€ nas receitas correntes e que não sofreram qualquer alteração, 2.004.691,98€ nas receitas de capital que tiveram uma forte variação negativa, e 2.958.234,02€ a outras receitas, resultante de revisão ao orçamento pela inclusão do saldo do ano anterior e a criação da rubrica de Reposições Não Abatidas nos Pagamentos, como já foi dito.*

### **MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS**

*Para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 foram seguidos os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se aproximar o mais possível a previsão, do real, o desempenho do Município.*

*Tratando-se de um documento de natureza previsional, a sua execução implica com naturalidade a existência de alguns ajustamentos, procedendo-se assim à realização de alterações orçamentais, que introduziram modificações quer nas receitas quer nas despesas, ajustando assim as previsões orçamentais. Nesse sentido, durante o ano em apreciação, foram operadas duas alterações e uma revisão ao Orçamento da Receita e 31 alterações e uma revisão ao Orçamento da Despesa.*

*Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos sofreu ao longo do ano, uma revisão e 17 alterações, e o Plano de Atividades Municipais, 30 alterações.*

*O Orçamento final foi aprovado pelo valor de 17.298.483,00€, dos quais foram cabimentados 17.031.154,99€, comprometidos 16.504.594,01€ e faturados 13.350.091,35€. Destes foram pagos 13.321.711,99€.*

**I. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2019**

A execução do Orçamento permite apurar os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano 2019, por tipologia de rubrica orçamental e por setor de atividade, bem como os respetivos desvios face ao previsto e ao período homólogo do ano anterior. Para além disso, dão-se a conhecer as rubricas com maior peso na estrutura global das receitas e despesas arrecadadas e realizadas durante o ano, bem como as rubricas alvo de maior investimento por parte do executivo e respetivas fontes de financiamento.

De forma a avaliar a execução do orçamento, segue-se uma análise às rubricas mais significativas quer da receita, quer da despesa.

**I.1. RECEITA**

As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em *Receitas Correntes, Receitas de Capital e Outras Receitas*, (no qual se incluem as *Reposições Não Abatidas nos Pagamentos (RNAP)* e o *Saldo da Gerência anterior*) em obediência ao disposto no Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro e ao classificador económico, disponibilizado pela DGAL, o qual classifica a receita por capítulos.

A componente "RNAP", abrange as receitas resultantes de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em exercícios anteriores ou no próprio ano. Este tipo de reposições, implica a correção das dotações de despesa utilizadas e dos respetivos saldos disponíveis, não sendo consideradas receita orçamental.

A classificação económica das *receitas*, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.

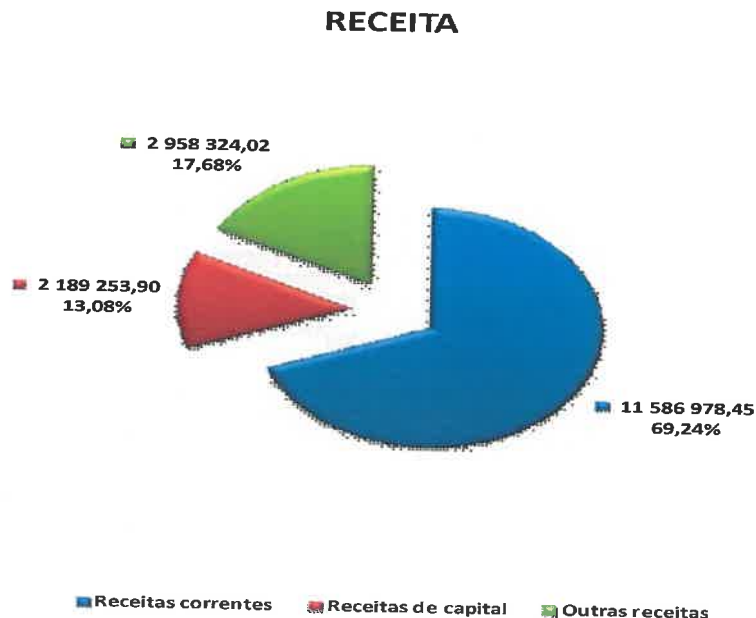
**I.1.1. Execução Orçamental da Receita**

Conforme já referido, o montante de *Receita Total* efetivamente arrecadada durante o ano de 2019, ascendeu a 16.734.556,37€, correspondendo





o montante de 11.586.978,45€, a receita corrente, o montante de 2.189.253,00€, a receita de capital e 2.958.324,02€ a outras receitas, onde está incluído o saldo da gerência anterior.



A análise da receita tem por base o comparativo entre os valores previsionais e os valores efetivamente cobrados neste período.

Serão identificadas as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificadas as principais variações. Para tal, será efetuada uma análise comparativa dos valores executados com os previstos, bem como das variações verificadas com o ano anterior.

**Receitas - 2018**

Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
Correntes	12.012.169,00 €	12.012.169,00 €	11.557.237,52 €	96,21%
Capital	5.689.576,00 €	3.866.214,86 €	1.505.491,50 €	38,94%
Outras	0,00 €	1.823.361,14 €	1.828.541,14 €	100,30%
<b>TOTAL</b>	<b>17.701.775,00 €€</b>	<b>17.701.745,00 €</b>	<b>14.891.270,16 €</b>	<b>84,13%</b>

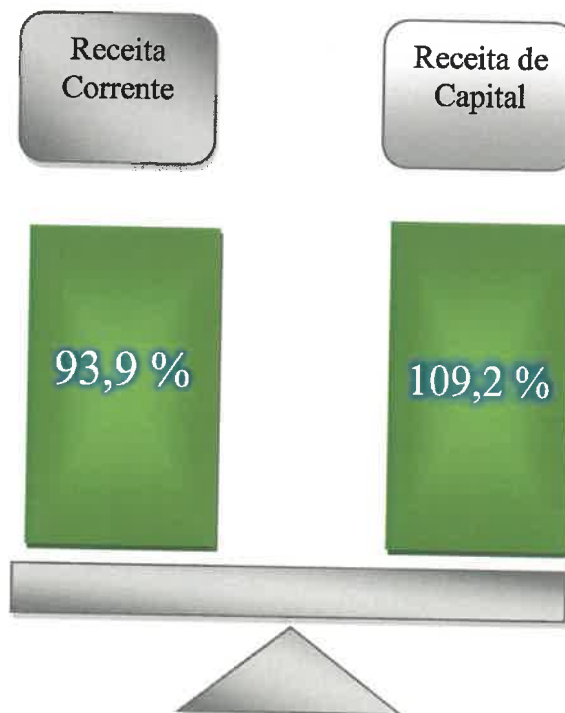
Handwritten signatures and the coat of arms of the Municipality of São Domingos do Prata.

Comparando os valores do mapa supra com os do ano em análise, regista-se um ligeiro aumento da receita corrente no valor de 29.740,93€, e um aumento considerável de 683.762,40€ na receita de capital.

A taxa de execução global da receita cifrou-se nos 96,74% (mais 12,61% do que a registada na gerência 2018, e 1.843.286,21€ no valor), tendo sido cumprido o disposto no nº 3 do art.º 56ª da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, pelas razões já atrás explicadas e o qual estipula que caso o município registre durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%, são informadas a DGAL e os membros do governo responsáveis pelas finanças e administração local (regime de alerta precoce de desvios).

Embora com valores muito superiores, a taxa de execução da receita corrente apresenta uma percentagem de execução inferior à registada nas receitas de capital, conforme retratado no esquema seguinte.

### Taxas de Execução da Receita - 2019



**1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal**

**RECEITAS CORRENTES**

Tendo em conta que as receitas correntes são aquelas que *detêm maior impacto na receita total, contribuindo com 11.586.978,45€ e em regra, provêm do rendimento do próprio do período económico, como se infere pelo quadro seguinte, face ao ano de 2018, houve uma variação positiva de apenas 0,26%, equivalente a 29.740,93 euros, no total das receitas correntes cobradas, explicado essencialmente pelo maior valor arrecadado nas rubricas de rendimentos de propriedade e venda de bens e serviços correntes apesar da diminuição nas transferências correntes e outras receitas correntes.*

*O mapa seguinte, mostra o desempenho da receita corrente ao nível da previsão orçamental e da sua cobrança, bem como a análise relativamente ao período homólogo de 2018.*

Descrição	2019				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUT. (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
<b>Receitas correntes</b>					
<b>IMPOSTOS DIRETOS</b>	<b>1.080.992,00 €</b>	<b>964.515,17 €</b>	<b>8,32</b>	<b>5,76</b>	<b>89,23</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	762.222,00 €	658.763,62 €	5,69	3,94	86,43
Imposto Único de Circulação	168.973,00 €	180.071,46 €	1,55	1,08	106,57
Imp. Mun.s/ T. Onerosas Imóveis (IMT)	149.677,00 €	125.680,09 €	1,08	0,75	83,97
Impostos Abolidos e outros	20,00 €	0,00 €	-	-	-
<b>IMPOSTOS INDIRETOS</b>	<b>56.656,00 €</b>	<b>48.557,10 €</b>	<b>0,42</b>	<b>0,29</b>	<b>85,71</b>
<b>TAXAS, MULTAS OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>161.930,00 €</b>	<b>143.126,43 €</b>	<b>1,24</b>	<b>0,86</b>	<b>88,39</b>
<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>	<b>607.112,00 €</b>	<b>618.706,52 €</b>	<b>5,34</b>	<b>3,70</b>	<b>101,91</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>9.275.216,00 €</b>	<b>8.725.974,60 €</b>	<b>75,31</b>	<b>52,14</b>	<b>94,08</b>
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	8.014.196,00 €	7.902.391,00 €	68,20	47,22	98,60
FSM - Fundo Social Municipal	177.796,00 €	177.796,00 €	1,53	1,06	100,00
Participação Fixa no IRS	120.592,00 €	124.433,00 €	1,07	0,74	103,19
Outras	962.632,00 €	521.354,60 €	4,50	3,12	54,16
<b>VENDA BENS SERVIÇOS CORRENTES</b>	<b>1.017.554,00 €</b>	<b>989.753,33 €</b>	<b>8,54</b>	<b>5,91</b>	<b>97,27</b>
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>136.097,00 €</b>	<b>96.345,30 €</b>	<b>0,83</b>	<b>0,58</b>	<b>70,79</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.335.557,00 €</b>	<b>11.586.978,45 €</b>	<b>100,00</b>	<b>69,24</b>	<b>93,93</b>

De acordo com o quadro anterior e à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, constatamos que o município depende essencialmente da receita proveniente das transferências correntes (OE), pois esta assume por si só, um peso de 75,31% do total das Receitas Correntes e 52,14% do total geral, muito longe da cobrança dos Impostos Diretos e da Venda de Bens e Serviços Correntes, que no seu conjunto, representam apenas 16,86% das receitas correntes e 11,67% da receita total.

Não atingindo o grau de execução de 2018, a percentagem de 93,93% atingida em 2019, permite-nos concluir que o orçamento, foi elaborado com rigor.

Tendo em conta a sua importância para o financiamento das despesas certas e permanentes municipais, que por sua vez têm tendência a crescer, fruto das necessidades de manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, grande parte deles construídos com apoios comunitários nas últimas décadas, para além do reforço de competências delegadas da administração central nos municípios, o aumento da receita corrente era desejável.

### **IMPOSTOS DIRETOS**

Quanto aos Impostos Diretos cobrados, representam 8,32% do total das receitas correntes, e 5,76% da receita total, e tiveram uma taxa de execução de 89,23%, e um ligeiro acréscimo de 1,24% no decurso do exercício de 2019 face a 2018, equivalente a 11.958,33 euros, conforme detalhe que se segue.

<b>Descrição</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var. €</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receitas</b>	<b>Receita cobrada bruta</b>			
Impostos Diretos:	964.515,17	952.556,84	11.958,33	1,24
- Imposto Municipal s/ Imóveis	658.763,62	673.590,70	-14.827,08	-2,2
- Imp. Municipal s/t. O. Imóveis	125.680,09	102.487,35	23.192,74	22,63
- Imposto Único de Circulação	180.071,46	176.478,79	3.592,67	2,03

**IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis**

*As receitas arrecadadas com o IMI apresentam uma variação descendente de 2,2 % quando comparada com o ano de 2018 ou seja, -14.827,08 euros em termos nominais. A taxa de execução desta rubrica foi de 86,43%, não ficando longe do valor orçamentado.*

*Salienta-se que para o ano 2019, os Órgãos Municipais continuaram a optar por manter a taxa de IMI sobre os prédios urbanos em 0,3%, ou seja o limite inferior permitido, o que equivale a dizer que estamos a 0,15% do limite superior.*

#### ***IMT - Imposto Municipal sobre as transmissões Onerosas de Imóveis***

*O IMT apresenta uma variação positiva considerável de 22,63 % para o mesmo período, o que significa, em termos nominais, um acréscimo de 23.192,74 euros e uma taxa de execução de 83,97%.*

#### ***IUC - Imposto Único de circulação***

*O IUC que incide sobre os veículos, apresenta também uma variação positiva de apenas 2,03%, o que corresponde a 3.592,67 euros, quando comparado com o seu desempenho de 2018. Relativamente ao montante previsto pelo Município, em orçamento, verifica-se também ter havido um acréscimo, dado que a taxa de execução foi de 106,57%.*

*Destaca-se o facto de estas rubricas, serem objeto de regras orçamentais, pois as Autarquias são obrigadas a estimar o montante dos impostos diretos que preveem vir a arrecadar, em cada ano, tendo por base a média aritmética simples dos últimos 24 meses que precedem a elaboração das suas peças previsionais.*

### **IMPOSTOS INDIRETOS**

*Quanto aos impostos indiretos, verificamos que o valor é muito próximo do verificado em 201, embora com uma oscilação negativa de 0,45% equivalente a 217,98 euros, resultante da menor cobrança de licenças de loteamento e obras e*

também de mercados e feiras. A maior fatia deste capítulo é proveniente da rúbrica de mercados e feiras com um valor de 35.778,00€, que regista uma quebra de 742,00€. A receita de loteamento e obras registou também um decréscimo de 791,48€ situando-se em 2019 no valor de 2.900,79€. Neste agregado, foram cobrados 48.557,10 euros, sendo que, das diversas classificações que compõe esta rubrica, excluindo a dos mercados e feiras que representa 73,68%, todas as outras representam apenas 26,31% deste capítulo, distribuídas por "Loteamentos e Obras" (2.900,79€), "Ocupação da Via Pública (2.078,00€), "Publicidade" (6.618,31€) e "Outros" com 1.182,00 euros, com estas três últimas a registar aumentos ligeiros.

### **TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES**

Relativamente às taxas multas e outras penalidades também se verifica uma redução mínima de 1,64% representando 2.420,71 euros.

Este conjunto com o total de 143.126,43 euros, engloba a cobrança de taxas do capítulo anterior, mas pagas por particulares. Tratando-se de uma rubrica com um ciclo instável de cobranças, nem sempre depende do Município, a sua melhor execução.

A rúbrica com maior impacto é a do saneamento, cujo valor nominal é de 81.449,76 euros e que por si só até registou um acréscimo, representa 56,91% do total, cabendo à cobrança de taxas de loteamento e obras (17.290,69 euros), ocupação de via pública (1.868,00 euros) cabendo a outras taxas diversas (42.517,98 euros), o valor restante deste grupo.

A taxa de execução foi de 88,39% face ao valor previsto na elaboração do orçamento.

### **RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE**



Contrariamente aos dois capítulos anteriores, constata-se um acréscimo na rubrica de "Rendimentos de Propriedade" de 27,32% e 132.770,07 euros, face a 2018, apresentando no final de 2019 um total de 618.706,52 euros.

Esta diminuição deve-se ao facto da receita da EDP pelas rendas de concessão em 2018 terem sido arrecadados 3 trimestres e em 2019 ter entrado a receita correspondente a trimestres a que corresponde o valor de 128.716,42€ por cada período. Nesta rubrica são considerados essencialmente os rendimentos obtidos da EDP pela concessão, bem como o rendimento proveniente da produção de energia do parque eólico existente no Concelho e ainda a renda relativa à utilização da rede de gás do Município.

Neste grupo, além do valor das rendas, regista-se a receita proveniente da participação do Laboratório Regional de Trás os Montes com 2.045,45 euros. Este capítulo regista uma taxa de execução de 101,91%, contribuindo assim com 5,34%, para o total da receita corrente.

**Quadro das variações dos Impostos Indiretos, Taxas, Multas e outras Penalidades e Rendimentos de Propriedade:**

Descrição	2019	2018	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
Impostos Indiretos	48.557,10	48.775,08	-217,98	-0,45
Taxas, Multas e O. Penalidades	143.126,43	145.547,14	-2.420,71	-1,64
Rendimentos de Propriedade	618.706,52	485.936,45	-124.943,32	27,32

## **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

As transferências correntes são, dentro do domínio das receitas correntes as que mais contribuíram para o valor da receita obtido em 2019, representando 52,14% do total das receitas arrecadadas e 75,31% das receitas correntes.

As regras legais para o cálculo das transferências anuais do Orçamento de Estado para os Municípios, são as constantes na Lei das finanças Locais (Lei 73/2013 de 3 de setembro).

São parte integrante as transferências do Orçamento do Estado o (FEF, FSM e IRS). Verifica-se uma redução no FEF - Fundo de Equilíbrio corrente no valor de 111.805,00 euros, correspondente a 1,39%. Quanto ao valor do Fundo Social Municipal, verificamos que não houve qualquer alteração de valor, enquanto ao nível da participação fixa no IRS, diminuiu face ao ano 2018 a percentagem de 3,18% o equivalente a 3.841,00 euros.

As transferências correntes em 2019 com um total de 8.725.974,60 euros, tiveram uma redução global de 1,23% em relação ao ano transato, o equivalente a 108.602,29 euros.

<b>Descrição</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var. €</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receitas</b>	<b>Receita cobrada bruta</b>			
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:</b>	<b>8.725.974,60</b>	<b>8.834.576,89</b>	<b>-108.602,29</b>	<b>-1,23</b>
Empresas Públicas	255.880,21	234.452,50	21.427,71	9,14
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	7.902.391,00	8.014.196,00	-111.805,00	-1,39
FSM - Fundo Social Municipal	177.796,00	177.796,00	0	0
Participação Fixa no IRS	124.433,00	120.592,00	3.841,00	3,18
Outros	142.647,95	128.859,84	13.788,11	10,70
Serviços e Fundos Autónomos	107.456,36	143.310,47	-35.854,11	-25,02
Segurança Social	15.370,08	15.370,08	0,00	0,00

Não o sendo em termos percentuais, o Fundo de Equilíbrio Financeiro em termos reais, foi o que registou o maior decréscimo seguido dos Serviços e Fundos Autónomos comparativamente ao ano transato e que a rúbrica "Empresas Públicas" foi a que registou a maior variação positiva.





Na rubrica "Serviços e Fundos Autónomos", são contabilizadas apenas as receitas provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) resultante dos vários contratos celebrados com aquela entidade.

A rúbrica "Outros" regista um ligeiro aumento em relação a 2018, e contempla as receitas provenientes da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (101.309,32€) inerentes às atividades de enriquecimento curricular, auxiliares de ação educativa, componente social e refeições do 1º ciclo e pré-escolar, do Ministério da Administração Interna (12.804,00€) para eleições e recenseamento eleitoral, e ainda 10.500,00€ da Associação de Municípios do Baixo Sabor relativos ao Financiamento do Espaço Mais.

O valor registado na "Empresas Públicas", diz respeito a transferências provenientes, da EDP pelo protocolo celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (255.880,21€), e o da rúbrica "Sistema de solidariedade e Segurança Social", do Instituto da Segurança Social, I.P. com 15.370,08€ para funcionamento do CPCJ, o primeiro com um aumento de 21.427,71€ e o segundo com valor igual ao registado em 2018.

### **VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES**

Nesta rúbrica estão contabilizados o produto da venda de bens e serviços, não considerados bens de investimento como a venda de água, tarifas de disponibilidade de água, águas residuais, resíduos sólidos, serviços sociais, culturais e desportivos, bem como as rendas de equipamentos municipais.

A estas receitas, estão subjacentes preços que deveriam corresponder a valores sensivelmente idênticos aos custos de aquisição dos bens ou serviços vendidos.



Estas receitas, tiveram no seu conjunto um acréscimo de 2,12%, face ao ano anterior, correspondente ao valor de 20.527,55 euros, totalizando 989.753,33 euros no final do ano, e com uma taxa de execução de 97,27%.

<b>Descrição</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var. €</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receitas</b>	<b>Receita cobrada bruta</b>			
<b>VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES:</b>	<b>989.753,33</b>	<b>969.225,78</b>	<b>20.527,55</b>	<b>2,12</b>
Mercadorias	6.174,35	5.912,09	262,26	4,43
Produtos acabados intermédios-Água	269.709,97	256.269,86	13.440,11	5,24
Serviços sociais, recreativos e culturais	69.006,77	70.120,02	-1.113,25	-1,59
Serviços específicos das autarquias	589.611,95	582.893,28	6.718,67	1,15
Rendas	54.629,33	52.345,43	2.283,90	4,36
Outros	620,96	1.685,10	-1.064,14	-63,15

Considerando o elevado número de rubricas que integram esta variável, algumas com variações negativas, outras positivas, verificamos que a rúbrica com maior expressão e que influencia a variação final positiva, tem a ver com os produtos acabados e intermédios relacionados com faturação de venda de água que sobe 5,24% em relação a 2018. Também os serviços específicos das autarquias e as rendas evoluíram favoravelmente 1,15 e 4,36% respetivamente, comparados com o ano anterior. No sentido inverso estão os Serviços sociais, recreativos e culturais e a rúbrica "Outros" que tiveram uma pequena redução em relação ao ano de 2018.

O conjunto dos serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, regista uma variação negativa de 1.113,25 euros, equivalente a 1,59%, resultante de uma menor utilização dos espaços disponíveis ao serviço dos utentes pagantes.

*As demais receitas deste capítulo são de caráter residual, com destaque para as rubricas "Transportes" e "Creches e Refeitórios" que registam valores diminutos face ao serviço gratuito de transportes que o Município proporciona a todos os estudantes em relação á primeira, e ao elevado número de isenções de pagamento de refeições servidas na cantina do Centro Escolar por precariedade da situação financeira dos agregados familiares em relação á segunda.*

### **OUTRAS RECEITAS CORRENTES**

*As Outras Receitas Correntes são uma rubrica residual, gerando uma receita de 96.345,30€, na sua maioria relativa a Iva reembolsado (61.338,75€), e a receitas diversas no montante 35.006,55€, associadas na sua maioria a indemnizações pagas por companhias de seguros.*

*Este agregado teve uma execução de 70,79% face aos valores previstos e uma variação negativa de 20,12% comparativamente ao ano de 2018.*

### **RECEITA TOTAL**

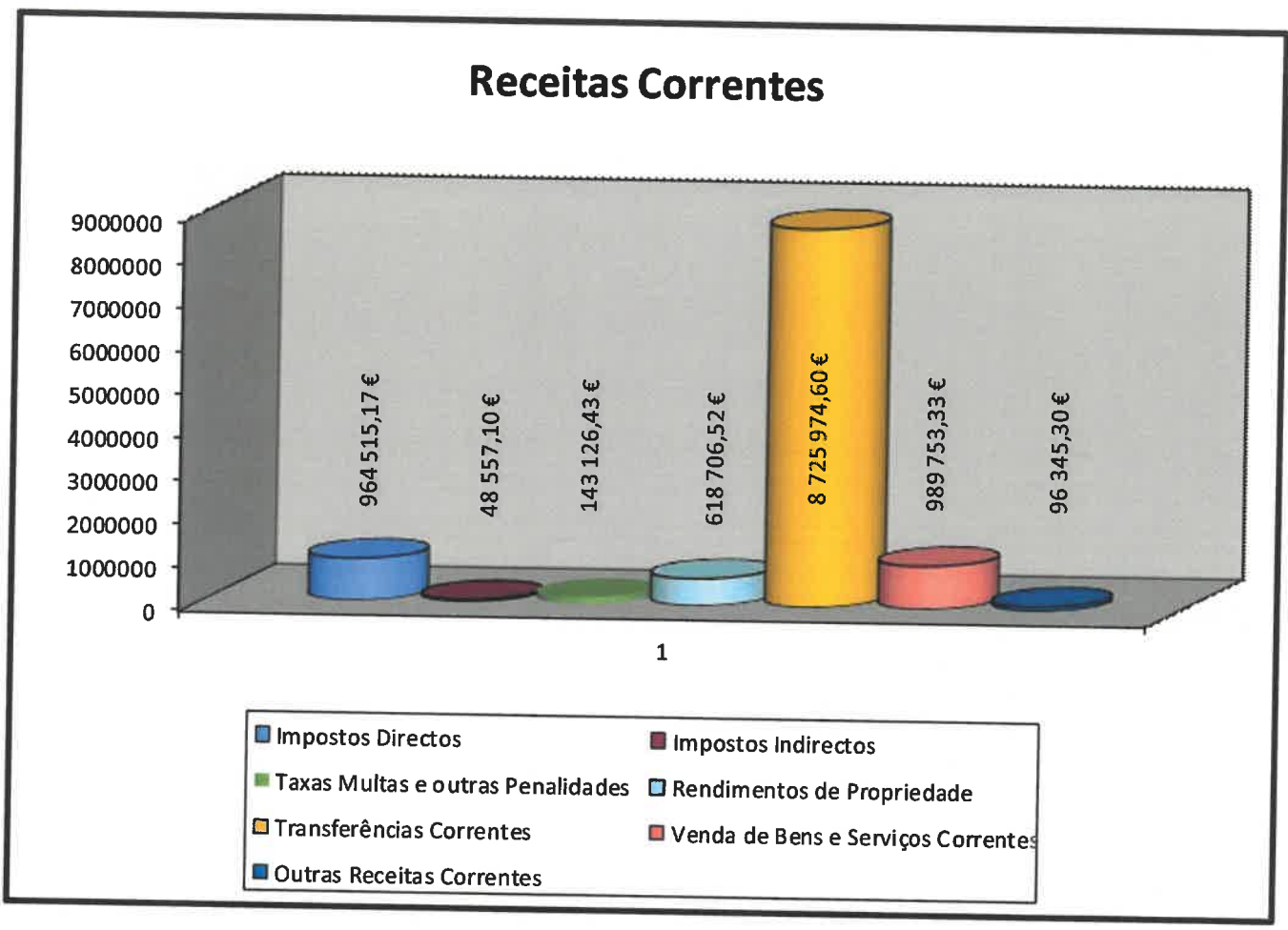
Descrição	2017		2018		2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	11.676.444,05	90,47	11.557.237,52	88,47,47	11.586.978,45	84,11
Receita Capital	1.229.818,15	9,53	1.505.491,50	11,53	2.189.253,90	15,89
<b>Total de Receitas</b>	<b>12.906.262,50</b>	<b>100</b>	<b>13.062.729,02</b>	<b>100</b>	<b>13.776.232,35</b>	<b>100</b>

Não considerando o saldo do ano anterior, verificamos que o valor total vem crescendo gradualmente desde 2017, registando assim um acréscimo de 869.969,85 euros o que corresponde a 6,74%.

Handwritten signatures and marks in the top left corner, including a large blue '93' and several illegible signatures.



**ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES**



**RECEITAS DE CAPITAL**

Relativamente à estrutura e evolução das receitas de capital importa evidenciar os seguintes agregados, pela sua materialidade:

*Este tipo de receitas, com exceção do FEF capital, são receitas extraordinárias, cujo recebimento sendo pontual, reveste-se de carácter não permanente, a que o município recorre para fazer face às despesas de financiamento. Segue-se a análise do desempenho desta receita ao nível da previsão orçamental e sua cobrança bem como a análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.*



A percentagem de execução das receitas de capital, face ao valor do orçamento final, foi ótima uma vez que regista mais de 100%, resultante da alteração orçamental feita no fim do ano, no entanto e face ao orçamento inicial, não pode deixar de ser entendida como modesta, dado que foi apenas de 35,02%, principalmente pelo facto do contributo de fundos comunitários ter sido diminuto, devido ao atraso de vários projetos em curso.

A taxa global de execução de receitas de capital tendo em conta a inclusão do saldo da gerência anterior, situou-se em 109,2%, representando 13,1% do valor global da receita arrecadada.

Comparativamente ao ano de 2018, verifica-se um acréscimo de 45,42% na sua execução, o que corresponde a 683.762,40 euros.

Estas receitas subdividem-se quanto ao tipo, em 5 grupos, conforme espelha o quadro seguinte:

Descrição	2019				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (Capital)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
<i>Venda de bens de investimento</i>	31.150,00 €	58.156,13 €	2,66	0,30	186,70
<i>Transferências de capital</i>	1.973.511,98€	2.108.345,23 €	96,30	12,6	106,80
<i>Ativos financeiros</i>	0,00 €	0,00 €	-	-	-
<i>Passivos financeiros</i>	0,00 €	0,00 €	-	-	-
<i>Outras receitas de capital</i>	30,00 €	22.752,54 €	1,04	0,1	75.841,80
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.004.691,98 €</b>	<b>2.189.253,90€</b>	<b>100,00</b>	<b>13,00</b>	<b>109,21%</b>

### Venda de Bens de Investimento

Esta rubrica registou o valor de 58.156,13 euros, correspondentes à venda de 5 lotes de terreno da Zona Industrial.

### Transferências de Capital



Esta rubrica constitui a principal componente da Receita de Capital e integra para além das receitas proveniente do Orçamento de Estado - FEF Capital que foi de 878.043,00 euros, e a receita prevista no artigo 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013 no montante de 657.516,00 euros, o correspondente a participações dos projetos através de fundos comunitários no valor 392.792,60 euros e de protocolo celebrado com a Direção Geral das Autarquias Locais no valor de 179.993,56 euros que a seguir se indicam:

- ✓ Rede Regional de Percursos Pedestres - 32.677,52 euros;
- ✓ Casa das Associações - 66.330,03 euros;
- ✓ Reformulação do sistema de tratamento de águas residuais de Urrós - 224.625,29 euros;
- ✓ Reformulação do sistema de tratamento de águas residuais de Mogadouro - 69.159,83 euros;
- ✓ Contrato programa - Reabilitação do Pavilhão Multiusos de Mogadouro/Antigo Mercado do Gado - 179.993,56 euros.

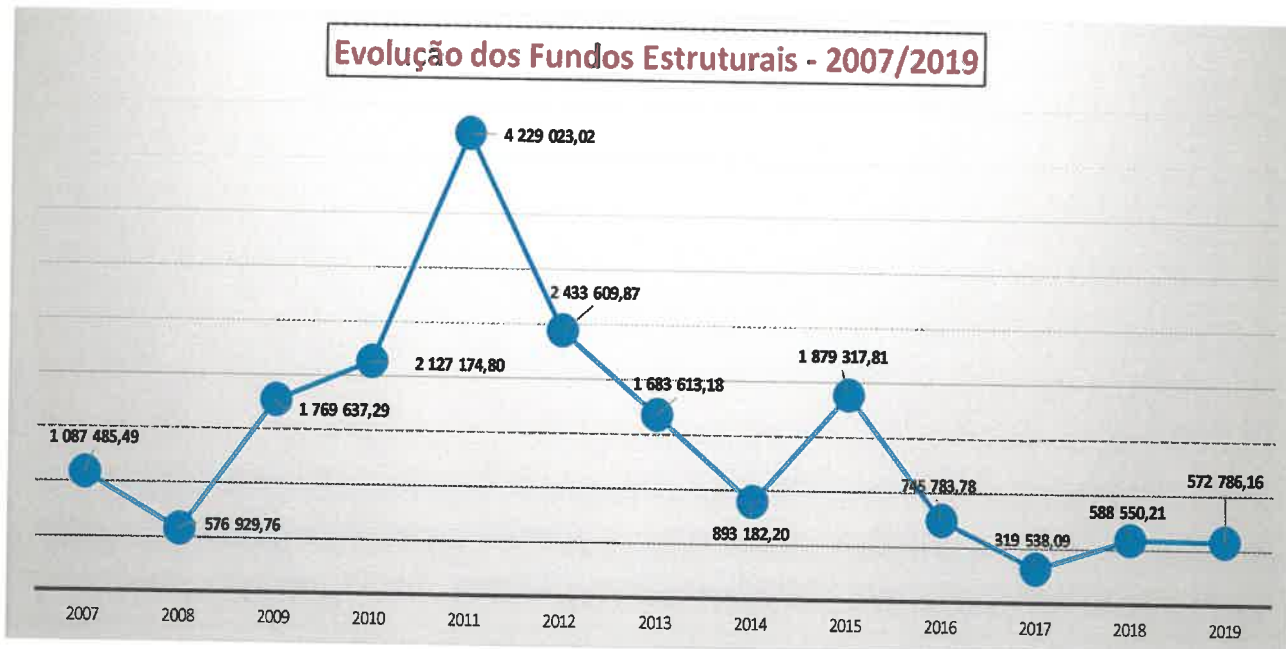
*Os Fundos Comunitários, recebidos em 2019, e tendo em conta o saldo do ano anterior, representam 2,35% da receita total.*

#### **Outras Receitas de Capital**

*Este agregado regista um total de 22.752,54 euros e diz respeito exclusivamente ao recebimento de uma indemnização pelo acionamento de garantia bancária por incumprimento contratual da obra do Núcleo de Cozinhas Regionais.*

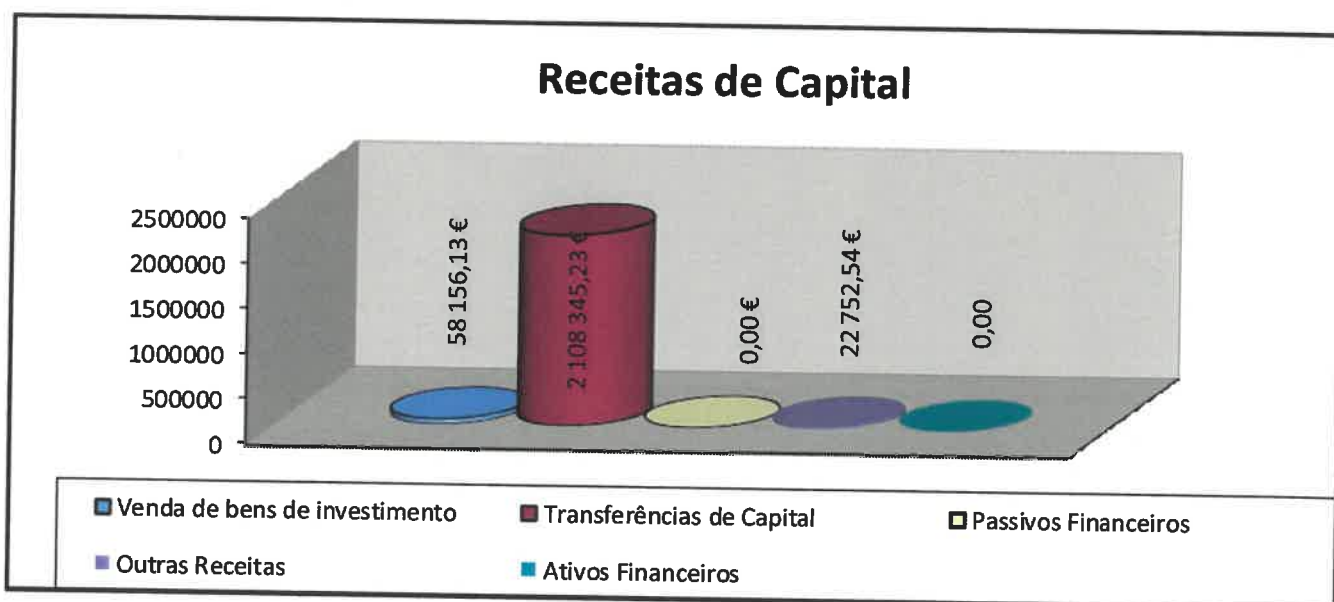
*As restantes rúbricas que compõem este grupo "Receitas de Capital", não registam qualquer execução, dada a inexistência de qualquer contratação de empréstimos, acontecendo o mesmo com os Ativos Financeiros.*

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top left of the page.



Da análise ao gráfico anterior, verificamos que a receita a título de Fundos Estruturais teve várias oscilações durante esse período, sendo que este ano o valor é muito idêntico ao do ano de 2018, e tendo em conta o facto do quadro NORTE 2020 estar neste momento na máxima força, prevê-se que durante o ano de 2020 se atinjam valores próximos dos alcançados em 2011, tal é o número de candidaturas aprovadas e ou submetidas para aprovação.

### ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL





## **1.2. DESPESA**

Nos termos do POCAL, a *Despesa Total* pode ser desagregada segundo a classificação económica, a classificação funcional e/ou a classificação orgânica.

Neste relatório procuraremos abordar as três vertentes, bem como, analisa-las segundo uma desagregação vertical, ou seja, em despesas inscritas em Plano de Atividades Municipais (PAM) e Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

### **1.2.1. Execução Orçamental da Despesa**

A despesa pública consiste na aplicação de recursos da Autarquia no pagamento de serviços de ordem pública, ou em investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos destinados a promover o desenvolvimento económico-social e a coesão territorial, sem esquecer, naturalmente, os custos da estrutura administrativa e comercial necessária à obtenção de receita.

Na despesa corrente estão agrupadas todas as despesas que a instituição efetua de forma continuada para garantir o seu funcionamento. São permanentes e constantes no seu compromisso, sob pena dos prejuízos que possam causar a curto, médio ou longo prazo, quer para a Autarquia, na medida em que pode concorrer para uma contraprestação em bens e serviços indispensáveis à concretização dos objetivos a que se propõe, quer para a população em geral, porque esta não pode deixar de usufruir, dos serviços públicos que deveriam estar disponíveis.

Quanto à despesa de capital ou de investimento tem a particularidade de ser descontínua, na medida em que tem uma data para se dar início e uma outra para se concluir. São estes investimentos que permitem à Autarquia expandir e melhorar os serviços públicos e assim contribuir para o bem-estar da população, ao contrário da despesa corrente, que através dela apenas é garantida a manutenção e funcionalidade desses serviços. Conclui-se assim, que toda a





*despesa de capital, pela utilização dos recursos que a mesma envolve, culmina com um aumento da despesa corrente.*

*No exercício de 2019 a despesa global do Município de Mogadouro atingiu o valor de 13.321.711,99 euros. A realização não foi a desejável e a prevista, por culpa do atraso verificado na concretização de alguns projetos por razões várias, e não pela capacidade financeira, como mais adiante se comprova pelo saldo transitado para o ano de 2020.*

*Os mapas que a seguir se apresentam, possibilitam através dos dados disponíveis, uma avaliação sob diferentes óticas, bem como o comportamento dos níveis de execução da despesa ao longo do ano de 2019.*

<b>DESPEAS</b>					
<b>Ano</b>	<b>Natureza</b>	<b>Previsão Inicial</b>	<b>Previsão Final</b>	<b>Execução</b>	<b>% Execução</b>
2019	<i>Correntes</i>	10.526.135,00	10.526.135,00	9.929.919,61	94,33%
	<i>Capital</i>	8.060.048,00	6.772.348,00	3.391.792,38	50,08%
	<b>Total</b>	<b>18.586.183,00</b>	<b>17.298.483,00</b>	<b>13.321.711,99</b>	<b>77,01%</b>
2018	<i>Correntes</i>	10.057.667,00	10.057.667,00	9.288.911,15	92,36%
	<i>Capital</i>	7.644.078,00	7.644.078,00	2.646.366,80	34,62%
	<b>Total</b>	<b>17.701.745,00</b>	<b>17.701.745,00</b>	<b>11.935.277,95</b>	<b>67,42%</b>

*Sendo certo que o Município de Mogadouro, enquanto grande consumidor de bens e serviços, impulsiona toda a economia local, estimula o setor produtivo à oferta de mais bens e serviços, com reflexos positivos na criação de mais emprego e consequente melhoria da condição socioeconómica da população local. A classificação das despesas autárquicas em correntes e de capital permite mensurar os efeitos de índole económica da sua atuação. Isto porque, por um lado, as despesas correntes dão amplitude do consumo autárquico, e por outro lado, as despesas de capital permitem calcular os níveis de poupança pública da instituição.*

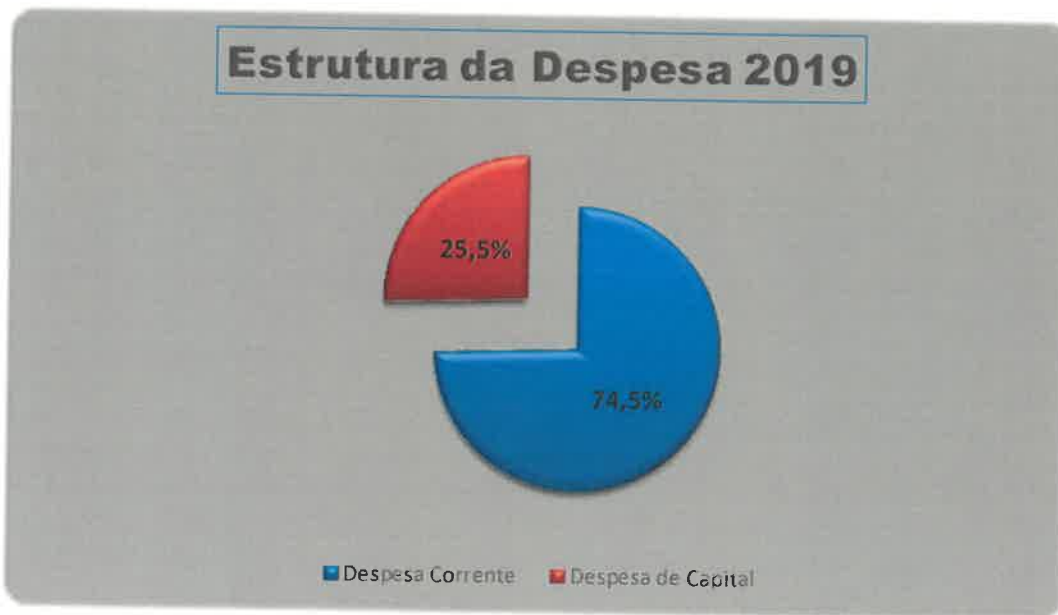
*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large '7' and various scribbles.*



*Handwritten signature in blue ink.*

De acordo com o mapa anterior, as despesas correntes totalizaram 9.929.919,61 euros atingindo uma taxa de execução de 94,33%, enquanto as despesas de capital se ficaram pelos 3.391.792,38 euros e uma taxa de execução de 50,08%.

Comparando estes valores com os de 2018, verifica-se que a variação foi positiva nas duas vertentes (corrente e capital) com a percentagens de execução também superiores em ambas e traduzidas pelos valores de crescimento considerável de 641.008,46€ nas despesas correntes e de 745.425,58€ nas despesas de capital. Do seu conjunto, resulta uma variação positiva total no montante de 1.386.434,04€.



As despesas correntes assumem no total das despesas da autarquia, um peso de 74,5% em vez dos 77,8% de 2018, representando as despesas de capital um peso de 25,5%, contra os 22,2% do ano anterior.

Para se perceber melhor o motivo pelo qual se verificaram as variações, estes capítulos serão posteriormente detalhados por componente da despesa.

Tendo presentes estes conceitos, os quadros que se seguem facilitam a leitura separada da despesa corrente e a despesa de capital do Município, quer



no que diz respeito aos valores globais, quer na dimensão e estrutura das várias rubricas que a compõem, medindo e justificando os níveis de poupança alcançado ao mesmo tempo que faculta a comparação dos resultados obtidos com os de anos anteriores.

A despesa do Município acompanha de forma direta o desempenho global da receita arrecadada durante o ano, transitando para o exercício seguinte, apenas o montante das disponibilidades de tesouraria e seus equivalentes, que em 2019, atingiram 3.862.152,78 euros, desagregados em execução orçamental 3.412.844,38 euros e operações de tesouraria 449.308,40 euros. Considerando apenas o valor orçamental, e caso este valor tivesse sido aplicado, a execução do orçamento da despesa teria sido de 16.734.556,37 euros e uma percentagem de execução de 96,74%.

A taxa de execução da **despesa total** foi os (77,01%), o que representa um aumento de 9,6% em relação a 2018, registando-se também que a despesa corrente apresenta uma taxa de execução superior à da despesa de capital.

Descrição	2019				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural	Peso Estr. Total	Execução %
DESpesas Correntes					
DESpesas COM PESSOAL	3.718.297,00	3.601.952,89	36,27%	27,04%	96,87%
AQUISIÇÃO BENS SERVIÇOS	5.380.359,00	4.977.387,72	50,13%	37,36%	92,51%
Aquisição de Bens	1.162.985,00	1.052.499,62	10,60%	7,90%	90,50%
Aquisição de Serviços	4.217.374,00	3.924.888,10	39,52%	29,46%	93,06%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.577,00	1.821,09	0,02%	0,01%	70,67%
TRANSFERÊNC. CORRENTES	1.361.662,00	1.289.724,11	12,99%	9,68%	94,72%
SUBSÍDIOS	20,00	0,00	0	0	0
OUTRAS DESP. CORRENTES	63.220,00	59.033,80	0,59%	0,44%	93,38%
<b>TOTAL DESP. CORRENTES</b>	<b>10.526.135,00</b>	<b>9.929.919,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>74,54%</b>	<b>94,34%</b>

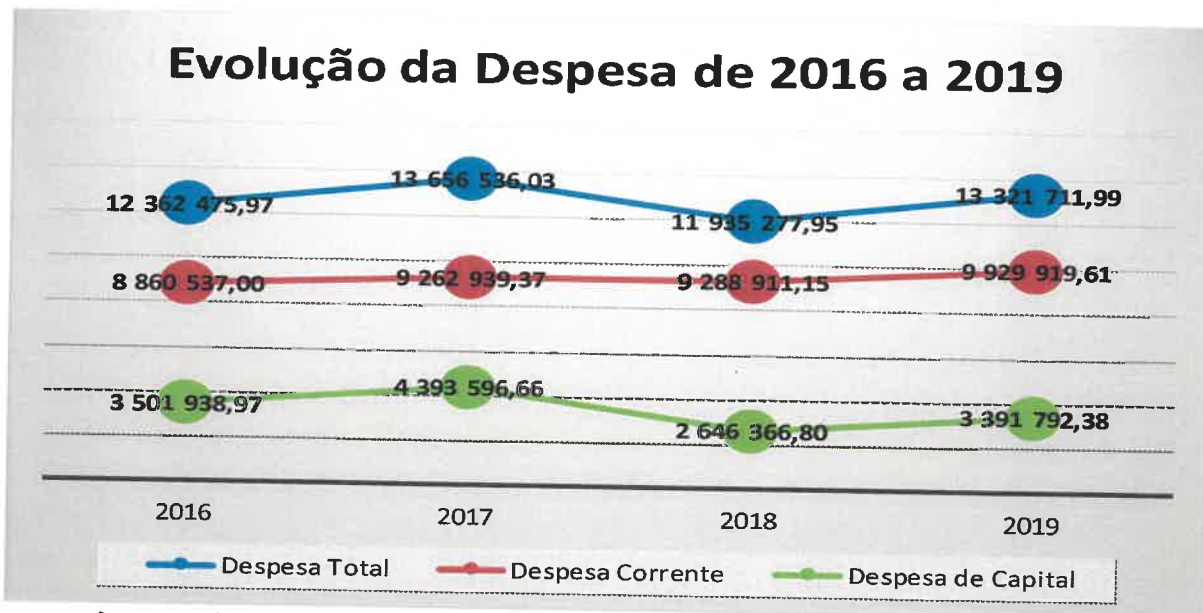
Handwritten notes and signatures in blue ink at the top left of the page, including a signature that appears to be 'Pedro' and other illegible marks.



O mapa que se segue, mostra-nos que a despesa corrente foi superior ao valor de 2018 em 641.008,46€ correspondente a um crescimento de 6,9%, e uma taxa de execução de 94,34% e traduzido em 74,54% da despesa total.

Descrição	2019	2018	Variação €	Variação %
Despesa Corrente	Despesa Paga	Despesa Paga		
DESpesas COM PESSOAL	3.601.952,89	2.706.663,82	895.289,07	33,08
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	4.977.387,72	5.131.826,09	-154.438,77	-3,01
Aquisição de Bens	1.052.499,62	983.421,72	69.078,42	7,02
Aquisição de Serviços	3.924.888,10	4.148.404,37	-223.516,27	-5,39
JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.821,09	1.972,90	-151,81	-7,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.289.724,11	1.318.219,60	-28.1495,49	2,16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.033,80	130.228,74	-71.194,94	-54,67
<b>TOTAL DESPESA CORRENTE</b>	<b>9.929.919,61</b>	<b>9.288.911,15</b>	<b>641.008,46</b>	<b>6,9</b>

Atente-se à evolução da Despesa dos últimos 4 anos:



Do quadro supra, conclui-se que a despesa corrente tem uma evolução positiva constante ao longo daquele período, enquanto a despesa de capital e o total das despesas registam oscilações ao longo do período.

### 1.2.2. Evolução e Estrutura da Despesa Municipal



Do resultado da execução do ano 2019, verifica-se, à semelhança dos anos anteriores, que o peso das despesas correntes foi superior ao peso das despesas de capital.

Correspondendo aos gastos necessários ao normal desenvolvimento da atividade do Município, as despesas de funcionamento, vulgarmente denominadas por despesas fixas ou de estrutura, dão expressão financeira ao funcionamento da entidade na prossecução das suas atribuições e competências. Esta tipologia de despesas compreende nomeadamente todos os encargos apurados com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, juros e outros encargos e outras despesas de caráter residual.

<i>Estrutura</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>2019</i>
<b><i>DESPESAS CORRENTES</i></b>	<b><i>71,7%</i></b>	<b><i>67,8%</i></b>	<b><i>77,8%</i></b>	<b><i>74,5%</i></b>
<i>Despesas com pessoal</i>	<i>21,4%</i>	<i>19,1%</i>	<i>22,7%</i>	<i>27,0%</i>
<i>Aquisição de bens e Serviços</i>	<i>39,4%</i>	<i>37,6%</i>	<i>43%</i>	<i>37,4%</i>
<i>Juros e outros encargos</i>	<i>0,1%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>Transferências Correntes</i>	<i>10,2%</i>	<i>9,1%</i>	<i>11%</i>	<i>9,7%</i>
<i>Subsídios</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>Outras despesas correntes</i>	<i>0,6%</i>	<i>2,0%</i>	<i>1,1%</i>	<i>0,4%</i>
<b><i>DESPESAS DE CAPITAL</i></b>	<b><i>28,3%</i></b>	<b><i>32,2%</i></b>	<b><i>22,2%</i></b>	<b><i>25,5%</i></b>
<i>Aquisição de bens de capital</i>	<i>20,1%</i>	<i>23,0%</i>	<i>13,3%</i>	<i>18,4%</i>
<i>Transferências de capital</i>	<i>1,8%</i>	<i>3,3%</i>	<i>2,4%</i>	<i>2%</i>
<i>Ativos financeiros</i>	<i>0,8%</i>	<i>0,7%</i>	<i>0,6%</i>	<i>0,4%</i>
<i>Passivos financeiros</i>	<i>5,7%</i>	<i>5,2%</i>	<i>5,8%</i>	<i>4,7%</i>
<i>Outras despesas de capital</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<b><i>TOTAL DA DESPESA</i></b>	<b><i>100%</i></b>	<b><i>100%</i></b>	<b><i>100%</i></b>	<b><i>100%</i></b>

**DESPEZA CORRENTE**



Neste ponto é feita uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores pagos, o que permitirá examinar o seu nível de realização e apurar eventuais desvios.

No grupo das despesas correntes, manteve-se a preponderância da "Aquisição de bens e serviços", que representaram 50,13% deste tipo de despesa e 37,4 da despesa total.

Em termos gerais, os gastos com pessoal registaram um acréscimo de 33,08%, que correspondem ao valor de 895.289,07 euros, resultante do recrutamento de pessoal como a seguir se reportará.

Descrição	2019 DESPESA PAGA	2018 DESPESA PAGA	Variação €	Variação %
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>3.601.952,89 €</b>	<b>2.706.663,82 €</b>	<b>895.289,07 €</b>	<b>33,08</b>
Remunerações Certas e Permanentes	2.723.344,14 €	2.007.907,36 €	715.436,78 €	35,63
Abonos Variáveis ou Eventuais	104.600,00 €	95.835,62 €	8.764,38 €	9,14
Segurança Social	774.008,75 €	602.920,84 €	171.087,91 €	28,38

As "remunerações certas e permanentes" são o agregado com maior relevância e refletiu uma variação positiva de 715.436,78€ relativamente a 2018.

Os "abonos variáveis ou eventuais" registaram também um acréscimo de 8.764,38 euros em relação ao ano anterior, fazendo parte deste agregado, as despesas com senhas de presença dos eleitos, trabalho extraordinário, ajudas de custo e abono para falhas.

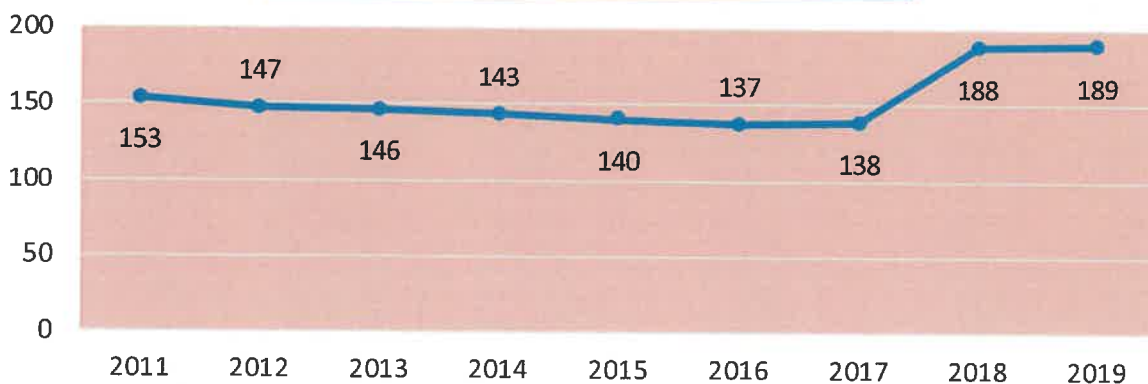
Estando relacionadas com os agregados anteriores, também a rubrica da Segurança Social, mostra-nos um aumento considerável na despesa no valor de 171.087,91 euros face a 2018, cabendo aqui as contribuições da Autarquia, como entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, os seguros de pessoal e as despesas com saúde dos funcionários. De referir que são as autarquias que suportam todos os



encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares, funcionando a ADSE apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde e outros prestadores de cuidados de saúde.

Durante o ano 2019, e tendo em conta os dados fornecidos à DGAL, o número de efetivos ao serviço, passou de 188 para 189, incluindo os eleitos locais e membros do GAP. Em 2011 o número de colaboradores era de 153. A tendência era a redução constante pela passagem à aposentação de alguns colaboradores e principalmente pela impossibilidade de substituição dos mesmos pelas restrições impostas pelo Estado, que em 2018 passou foi alterada.

Evolução do nº. de colaboradores



São as "Aquisições de Bens e Serviços" que no grupo das despesas correntes, representam a maior fatia das despesas, concorrendo com 50,12% para este agregado e 37,36% da despesa total.

É neste grupo que estão incluídas a maioria das despesas municipais, com a aquisição de serviços e bens de consumo de caráter operacional como a eletricidade, as comunicações, os transportes escolares e os trabalhos especializados entre muitos outros necessários ao funcionamento da estrutura e que permitem a prestação de diversos serviços à população geral.

Descrição	2019	2018	Variação €	Variação %
	Despesa Paga	Despesa Paga		
<b>Despesas Correntes</b>				
<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	<b>4.977.387,72€</b>	<b>5.131.826,09€</b>	<b>-154.438,37</b>	<b>-3,01</b>
<b>Aquisição de Bens</b>	<b>1.052.499,62€</b>	<b>983.421,72€</b>	<b>69.077,90</b>	<b>7,02</b>
Combustíveis e Lubrificantes	340.342,13€	339.262,09€	1.080,04	0,32
Limpeza e Higiene	25.461,87€	20.821,47€	4.640,40	22,29
Alimentação- refeições confeccionadas	22.534,30€	26.217,35€	-3.683,05	-14,05
Alimentação - Géneros p/ confeccionar	62.270,44€	46.527,61€	15.742,83	33,83
Vestuário e artigos pessoais	16.007,14€	11.196,04€	4.811,10	42,97
Material de escritório	31.491,21€	27.764,75€	3.726,46	13,42
Produtos Químicos e farmacêuticos	42.946,90€	33.254,09€	9.692,81	29,14
Material de Transporte - Peças	44.610,84€	36.980,09€	7.630,75	20,63
Material de consumo hoteleiro	1.363,77€	781,63€	582,14	74,48
Outro material - Peças	18.882,92€	13.804,98€	5.077,94	36,78
Prémios condecorações e ofertas	62.177,40€	53.575,55€	8.601,85	16,05
Mercadorias para venda - Água	17.916,50€	14.008,02€	3.908,48	27,90
Ferramentas e utensílios	8.834,73	6.621,30€	2.213,43	33,43
Material educação, cultura e recreio	16.901,36€	13.403,15€	3.498,21	26,10
Outros	340.758,11€	339.203,60€	1.554,51	0,46
<b>Aquisição de Serviços</b>	<b>3.924.888,10€</b>	<b>4.148.404,37€</b>	<b>-223.516,27</b>	<b>-5,39</b>
Encargos de Instalações	556.074,42€	589.298,20€	-33.223,78	-5,64
Limpeza e higiene	611.838,93€	603.630,22€	8.208,71	1,36
Conservação de bens	200.776,08€	201.525,74€	-749,66	-0,37
Locação de Edifícios	30.000,00€	30.000,00€	0	0
Locação de outros bens	130.349,33€	85.800,40€	44.548,93	51,92
Comunicações	107.049,67€	114.554,39€	-7.504,72	-6,55
Transportes	640.697,67€	580.590,61€	60.107,06	10,35
Representação de serviços	5.001,29€	9.200,39€	-4.199,10	-45,64
Seguros	49.349,92€	50.530,02€	-1.180,10	-2,33
Estudos, pareceres e consultadoria	157.931,51€	89.524,39€	68.407,12	76,41
Publicidade	87.346,11€	97.439,49€	-10.093,38	-10,36
Vigilância e segurança	172.390,18€	145.735,04€	26.655,14	18,29
Assistência técnica	49.388,24€	48.558,39€	829,85	1,71
Outros trabalhos especializados	214.006,74€	615.393,90€	-401.387,16	65,22
Encargos de cobrança de receitas	36.224,67€	39.640,97€	-3.416,30	-8,62
Outros Serviços	876.463,34€	846.982,53€	29.480,81	3,48



O quadro anterior, discrimina os montantes pagos pelo Município com aquisição de bens e serviços durante o ano 2019, cujo valor global atingiu os 4.977.387,72 euros. Quando comparado com o ano anterior, verifica-se que esta despesa diminuiu 154.438,37 euros, em termos absolutos e 3,01% em termos relativos.

Relativamente à "Aquisição de Bens", os pagamentos ascenderam a 1.052.499,62 euros, sofreram um aumento de 69.077,90 euros, o que corresponde a 7,02%, comparativamente a 2018, merecendo especial destaque os valores despendidos com "Outros Bens" com 340.758,11 euros, seguindo-se o fornecimento de "Combustíveis e Lubrificantes", com 340.342,13 euros, e a "Alimentação-Géneros par confeccionar" com um total de 62.270,44 euros, que contém o valor do custo com as refeições para o serviço de educação do pré-escolar e 1.º ciclo.

Na rubrica "Outros Bens", está contabilizado essencialmente o valor destinado a aquisição de materiais diversos que não se enquadram em rubricas próprias e que se destinam essencialmente ao armazém para aplicar na execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual designadamente nas redes de água e saneamento, nas estradas e jardins municipais entre outras.

A soma destas três rubricas representa 70,62% % dos valores pagos em 2019, pelo que os restantes montantes têm um carácter residual, destacando-se aqui apenas os 62.177,40 euros gastos na rubrica "prémios, condecorações e ofertas" e os 44.610,84 euros com "material de transporte-peças".

Relativamente à rubrica "Aquisição de Serviços", evidencia despesas totais de 3.924.888,10 euros registando um decréscimo de 5,39% em relação a 2018 o que corresponde a 223.516,27 euros.

Nesta subclasse a rubrica que mais se destaca é a de "Outros Serviços" com um total de 876.463,34 euros, superior a 2018 em 29.480,81 euros.



*Tratando-se de uma rúbrica residual, inclui os encargos onde são lançadas todas as despesas sem enquadramento em rúbrica própria e de natureza diversa, designadamente os custos com a iluminação pública no valor de 449.436,16€, a prestação de serviços com pessoal no Posto de Turismo, Centro Interpretativo e casa da Cultura com 38.376,00€, com pessoal afeto ao Espaço Mais no valor de 26.006,64€, o serviço de leitura de contadores no valor de 17.852,40 euros, entre outros de menor valor como os custos energéticos com as festividades no valor de 11.427,96 euros e o pagamento pela presença nas mesas de voto no valor de 9.625,56 euros.*

*Por ordem de grandeza absoluta, segue-se a rubrica de "Transportes" também ela significativa, que encerrou o ano com quantias pagas no valor de 640.697,67 euros, incluindo os gastos com os transportes escolares e representa 16,32% do total da rubrica de aquisição de serviços pagos.*

*Outra rúbrica que merece cada vez mais destaque é da "Higiene e Limpeza" que regista aumentos ano após ano e que no presente apresenta um total de 611.838,93€, destinados ao pagamento da limpeza e recolha de lixo.*

*Também a rubrica de "Encargos com as instalações" regista um valor elevado de 556.074,42€, e foram gastos exclusivamente no pagamento de eletricidade das instalações à EDP.*

*Ainda segundo a linha de grandeza, seguem-se os "outros trabalhos especializados" que totalizaram 214.006,74 euros que regista entre todas as rúbricas a maior redução, resultante do facto das atividades extracurriculares, terem passado a ser feitas por pessoal contratado a tempo indeterminado. Assim as despesas mais significativas nesta rubrica, dizem respeito ao pagamento da análise de águas e assistência técnica das ETAR's ao Laboratório Regional de Trás-os-Montes (43.033,49€) e Administração de e Gestão de Sistemas de*



Salubridade (26.568,00€) respetivamente, os serviços do Revisor Oficial de Contas (11.070,00€), os serviços do aeródromo no valor de 16.500,00€ e ainda a última faturação dos serviços prestados nas atividades extracurriculares no valor de 21.646,18 euros.

que anteriormente eram pagas por "outros serviços": as "Comunicações" com 116.854,98€, relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet.

A "Conservação de bens" com 200.776,08€ que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos municipais, quer móveis, quer imóveis e a "Vigilância e Segurança" no valor de 172.390,18€ e destinado á segurança dos edifícios municipais, merecem também algum destaque pelo montante envolvido.

Há ainda outras rúbricas com valores menos significativos, como as despesas com "Seguros" relativos a equipamentos municipais no valor de 49.349,92€, os "Encargos de Cobrança de Receita" que foram de 36.224,67 euros destinados ao pagamento de encargos de cobrança de receitas efetuadas por outras entidades como a Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança dos impostos municipais, bem como de encargos de cobrança de água pelos CTT e entidades bancárias.

Na comparação da execução do exercício de 2019, com o exercício de 2018, verifica-se relativamente à aquisição de bens o comportamento exposto a seguir, por sub rubricas económicas, onde apenas a rúbrica de "alimentação-refeições confeccionadas", regista uma redução de 3.683,05 euros e todas as outras registam aumentos, muitas delas consideráveis:



*Material consumo hoteleiro - 74,48%*  
*Vestuário e artigos pessoais - 42,97%*  
*Outro material, peças - 36,78%*  
*Ferramentas e utensílios - 33,43*  
*Produtos Químicos e farmacêuticos - 29,14%*



*Alimentação - Refeições Confeccionadas- 14,05%*

*No que diz respeito à aquisição de serviços e tendo em conta os valores de 2018, mostram-se os decréscimos e acréscimos mais significativos, na percentagem e principalmente nos valores:*



*Estudos, Pareceres e consultadoria- 76,41%*  
*Locação de outros bens - 51,92%*  
*Vigilância e Segurança - 18,29%*  
*Transportes - 10,35%*  
*Outros Serviços - 3,48%*



*Outros trabalhos especializados - 65,22%*  
*Representação de Serviços - 45,64%*  
*Publicidade - 10,36%*  
*Encargos de cobrança de receitas - 8,62%*  
*Encargos de Instalações - 5,64%*

*Pela análise ao quadro seguinte, verificamos que este agregado tem tendência a aumentar face a anos anteriores pelo facto de ser necessário conservar e reparar o património municipal que ano após ano vai aumentando, com exceção da aquisição de serviços do ano em análise que regista uma redução pelo*



*[Handwritten signatures]*

*facto de serviço que antes era executado por empresas, passou agora a ser executado por pessoal contratado por tempo indeterminado como já foi dito na justificação das despesas com pessoal.*

Descrição	2016	2017	2018	2019
Aquisição de Bens	829.797,98	975.543,19	983.421,72	1.052.499,62
Aquisição de Serviços	4.043.020,02	4.153.764,85	4.148.404,37	3.924.888,10
<b>Total</b>	<b>4.872.818,00</b>	<b>5.129.308,04</b>	<b>5.131.826,09</b>	<b>4.977.387,72</b>

### **JUROS E OUTROS ENCARGOS**

A rubrica de juros e outros encargos teve uma variação negativa 151,81 euros o que corresponde a 7,70%.

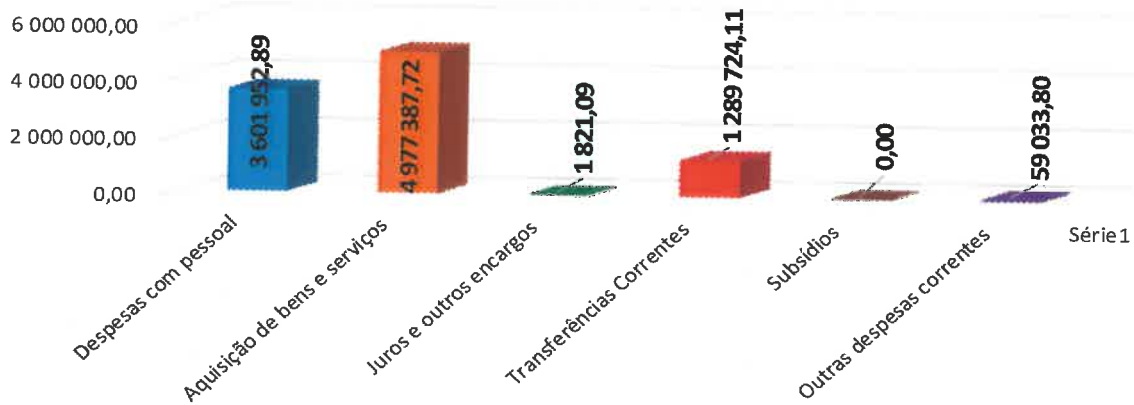
A rubrica de Juros e Outros Encargos inclui o pagamento de juros relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo no valor de 309,61 euros, os encargos com garantias bancárias (1.428,48€ e ainda 83,00€ de outros encargos á banca.

No seu conjunto foram pagos apenas 1.821,09 euros representando um decréscimo considerável ao ano de 2018, resultante essencialmente da redução da dívida de médio e longo prazo acompanhado da queda das taxas de juro.

As Despesas Correntes, no valor global de 9.929.919,61€, representam 74,54% do total da despesa paga no ano, e é refletida por rúbricas agregadas no gráfico que se segue.



## Despesas Correntes



### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes integram os projetos e ações do Plano de Atividades Municipais sendo estas importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.

Descrição	2019	2018	Variação €	Variação %
Despesa Corrente	Despesa Paga	Despesa Paga		
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>1.289.724,11</b>	<b>1.318.219,60</b>	<b>-28.495,49</b>	<b>-2,16</b>
Administração Central Estado	7.500,00	7.500,00	0	0
<b>Administração Local</b>	<b>544.096,07</b>	<b>592.922,02</b>	<b>-48.825,95</b>	<b>-8,24</b>
Municípios	27.035,14	26.625,14	410,00	1,54
Freguesias	414.019,03	411.858,00	2.161,03	-0,52
Associação de Municípios	166.946,95	154.438,88	12.508,07	8,10
Segurança Social	16.742,80	2.992,80	13.750,00	459,43
Instituições Sem Fins Lucrativos	392.598,62	413.832,87	-21.234,25	-5,13
Famílias	264.881,57	300.971,91	-36.090,34	-11,99



*As Transferências Correntes e Subsídios pagos no ano 2019, totalizaram 1.289.724,11 euros, valor inferior ao do ano anterior em 2,16% o que corresponde ao valor de 28.495,49 euros e nelas são registadas as despesas destinadas a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades de interesse municipal, bem como as verbas a título de apoio ao associativismo e ao apoio aos estratos sociais desfavorecidos. Esta rubrica reflete essencialmente os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia, Instituições sem fins lucrativos no âmbito dos protocolos assinados com estas entidades, bem como transferências para a Administração Central Estado (que reflete o Agrupamento de Escolas de Mogadouro) e famílias, que integra os Programas Ocupacionais.*

*Esta rubrica corresponde a 12,99 % da despesa corrente paga e a 9,68 % da despesa total, e teve uma execução de 94,72 %, tendo em conta os montantes pagos e orçamentados.*

*Relativamente ao ano anterior, o decréscimo verificado, é justificado sobretudo pela redução das transferências para as famílias no âmbito dos Programas Ocupacionais, na medida em que muitos passaram a fazer parte dos Quadros do Município.*

*Os acordos de colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia pressupõem o apoio na delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, às quais foram pagos 414.019,03 euros, e que corresponde à maior fatia deste agregado.*

*As transferências realizadas para as instituições sem fins lucrativos pressupõem o apoio a entidades de índole cultural, desportivo e humanitário, a quem foi distribuído o montante de 392.598,62 euros.*

*As transferências para a Administração Central estão associadas ao pagamento realizado ao Agrupamento de Escolas de Mogadouro no valor de 7.500,00 euros.*

Às Associações de Municípios cabe a fatia de 166.946,95€ que regista um aumento de 12.508,07€ em relação ao ano de 2018 e destina-se ao pagamento das despesas de funcionamento das várias associações de que o município faz parte.

Foram ainda pagos 27.035,14 euros ao Município de Vimioso para gestão do Canil inter-municipal, valor muito idêntico ao de 2018.

Deste agregado fica para o fim a rubrica "Famílias" que absorve 264.881,57 euros, valor inferior ao de 2018 em 36.090,34€ pelas razões já atrás referidas e cabem aqui para além dos contratos de emprego e inserção no valor de 171.373,39€, também as despesas com os apoios concedidos para a sanidade animal no valor de 52.116,60€, no apoio à aquisição de livros escolares o valor 6.614,47€, no apoio á compra de medicamentos o valor de 16.744,91€, entre outros como o apoio ao arrendamento, no valor de 14.620,00 euros.

### **DESPESA DE CAPITAL**

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução.

Nesta componente da despesa de capital, no ano 2019, o valor final orçamentado foi de 6.772.348,00€, dos quais foram pagos 3.391.792,38€, o que correspondeu a uma execução de 50,08%.

Descrição	2019				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (Capital)	Peso Estrutural (Total)	Taxa execução %
Aquisição de bens de Capital	5.611.138,00€	2.447.047,39€	72,15	18,37	43,61
Transferências de Capital	477.817,00€	262.352,91€	7,73	1,97	54,91
Ativos Financeiros	49.766,00€	49.765,50€	1,47	0,37	100
Passivos Financeiros	632.627,00€	632.626,58€	18,65	4,75	100
Outras Despesas de Capital	1.000,00€	0,00€	0	0	0
<b>TOTAL DESPESAS CAPITAL</b>	<b>6.772.348,00€</b>	<b>3.391.792,38 €</b>	<b>100,00</b>	<b>25,46</b>	<b>50,08</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>17.298.483,00 €</b>	<b>13.321.711,99 €</b>			<b>77,01</b>





A estrutura da despesa de capital, composta na sua maior parte pela Aquisição de Bens de Capital - Valor de investimento e que, excluindo o valor do Fundo de Apoio Municipal (49.765,50€) a eficiência energética na iluminação pública na Terra Fria do Nordeste Transmontano (11.708,28€) coincide com o valor da execução do PPI. Consoante a natureza das suas aplicações, este agregado poderá incluir a aquisição de terrenos, edifícios ou habitações, outros edifícios, construções diversas, material de transporte, maquinaria e equipamento, que será detalhado aquando a análise do PPI.

No grupo das despesas de capital, a aquisição de bens de capital sofreu um acréscimo de 864.598,88 euros, que corresponde a 54,64% face a 2018, refletido no aumento percentual desta rubrica no contexto deste tipo de despesa (de 59,80% em 2018, para 72,15% em 2019), aumentando também a sua importância na despesa total (de 13,26%, em 2018, para 18,37%, em 2019).

Seguidamente assume especial relevância o valor dos passivos financeiros, que corresponde ao valor das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, e das transferências de capital.

Com exclusão dos Passivos Financeiros e relativamente a 2018, tendo em conta os valores pagos, o mapa seguinte mostra um aumento da despesa de capital no valor de 809.923,81€, justificado pelo maior volume de receita arrecadada.

Descrição	2016		2017		2018		2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	2.480.927,06	88,69	3.135.017,39	85,01	1.582.488,51	81,18	2.447.047,39	88,69
Transferências de Capital	216.811,22	7,75	453.439,03	12,29	292.105,23	14,99	262.352,91	9,51
Ativos Financeiros	99.531,00	3,56	99.531,00	2,70	74.648,25	3,83	49.765,50	1,80
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Investimento Global</b>	<b>2.797.269,28</b>	<b>100</b>	<b>3.687.987,42</b>	<b>100</b>	<b>1.949.241,99</b>	<b>100</b>	<b>2.759.165,80</b>	<b>100</b>

**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**

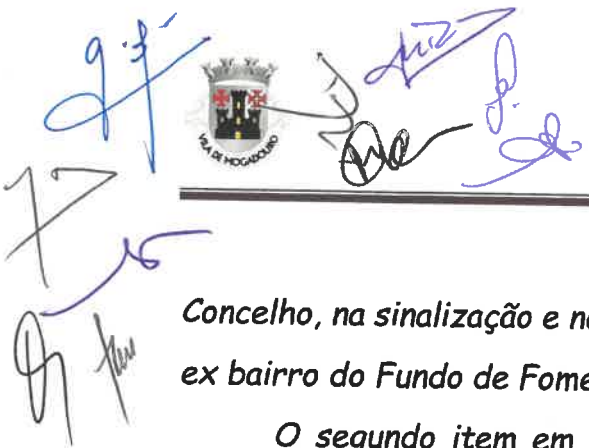
A estrutura da aquisição de bens de capital é nada mais que a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja, apenas é considerado o que é investimento direto da própria autarquia, desagregado pelos itens que a seguir se identificam, fazendo também uma comparação com os anos anteriores.

Se considerarmos que, relativamente ao Investimento Municipal, embora o valor pago tenha sido de 2.447.047,39€, os compromissos assumidos tenham sido de 5.131.084,67€, concluímos que se todos os trabalhos estivessem executados, o saldo que transitou de ano, era suficiente para liquidar tudo, ter assim uma execução muito superior e transitar ainda com um saldo considerável.

**Investimento Direto**

Descrição	2016		2017		2018		2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	2.575,80	0,10	6.740,00	0,21	2.419,50	0,15	3.326,12	0,14
Habitação	18.450,00	0,74	36.900,00	1,18	0,00	0,00	332.729,92	13,60
Edifícios	498.469,11	20,09	126.860,60	4,05	155.004,84	9,80	246.289,54	10,06
Construções Diversas	1.544.130,49	62,24	2.656.157,88	84,73	1.130.395,07	71,43	1.423.783,97	58,18
Material de Transporte	45.006,50	1,82	61.767,00	1,97	79.945,51	5,05	18.000,00	0,74
Maquinaria e Equipamento	241.904,79	9,75	189.422,28	6,04	161.081,07	10,18	301.574,39	12,32
Outros	130.390,37	5,26	57.169,63	1,82	53.602,52	3,39	121.343,45	4,96
<b>Investimento Direto</b>	<b>2.480.927,06</b>	<b>100,00</b>	<b>3.135.017,39</b>	<b>100,00</b>	<b>1.582.448,51</b>	<b>100,00</b>	<b>2.447.047,39</b>	<b>100,00</b>

Há semelhança de anos anteriores, podemos verificar que o maior investimento ocorre na rubrica das "Construções diversas" que por si só assume 58,18%, o que corresponde ao valor de 1.423.783,97€. Das obras pagas por este agregado, destacam-se os investimentos feitos na reformulação do sistema de tratamento de águas residuais de Urrós e de Mogadouro, nos arruamentos do



*Concelho, na sinalização e no arranjo urbanístico do espaço público envolvente do ex bairro do Fundo de Fomento.*

*O segundo item em termos globais que apresenta o maior valor é o da "Habitação" que diz respeito exclusivamente á requalificação das habitações do ex bairro do Fundo de Fomento.*

*Segue-se por ordem de grandeza o agregado do "Equipamento diverso", onde se destacam as despesas com equipamento informático e a aquisição de equipamento diverso como bombas de água, mobiliário e outras de valor inferior.*

*Quanto á rúbrica designada por "Edifícios", com um total de 246.289,54 euros, repartiu este valor essencialmente pela conclusão da Casa das Associações e o Centro de Interpretação do Mundo Rural.*

**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

*No ano de 2019, o Município diminuiu o valor das transferências de capital em 29.752,22 euros face a 2018, o que corresponde a uma redução de 10,19%. Assim o montante total de 262.352,91 euros, gasto nesta rúbrica contempla as importâncias cedidas por conta do orçamento municipal destinadas a financiar despesas de capital, realizadas por outras entidades.*

*Estas transferências têm um peso de 7,73% no total da despesa de capital paga e de 1,97% da despesa total.*

Descrição	2019	2018	Variação €	Variação %
Despesa de Capital	Despesa Paga	Despesa Paga		
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>262.352,91</b>	<b>292.105,13</b>	<b>-29.752,22</b>	<b>-10,19</b>
Privadas	86.720,00	117.794,00	-31.074,00	-26,38
Freguesias	42.818,13	33.701,78	9.116,35	27,05
Associação de Municípios	24.616,39	27.468,99	-2.852,60	-10,39
Segurança Social	0,00	38.984,31	-38.984,31	-100%
Instituições Sem Fins Lucrativos	95.000,00	67.148,00	27.852,00	41,48
Famílias	13.198,39	7.008,05	6.190,34	88,33



O valor constante na rubrica "Privadas", embora registre um decréscimo, face a 2018, diz respeito a 50% do apoio à criação de 27 novos postos de trabalho concedidos a empresas e ainda ao pagamento de 25% de outros 23 concedidos já em anos anteriores no valor total de 86.720,00 euros. A redução face a 2018, está relacionado com o facto de ter havido menos apoios concedidos, 27 em 2019 e 47 no ano anterior, no entanto mais pessoas abrangidas porque no total foram 50 o número de beneficiários, mas muitos deles por se tratar da segunda tranche só recebem 25% contra os 50% da primeira tranche.

O valor pago às Juntas de Freguesia num total de 42.818,13 euros registou um acréscimo face a 2018 pelo maior número de protocolos celebrados com estas entidades, onde se destacam os 27.253,13 euros concedidos á freguesia de Urrós para obras de beneficiação na Praça de Touros.

Em contrapartida no âmbito da Segurança Social, em 2019 não se registou qualquer transferência, resultado da ausência da celebração de protocolos com instituições de índole social.

O valor constante na rubrica "Instituições sem fins lucrativos" regista também um acréscimo considerável de 27.852,00 euros, apresentando em 2019 o total de 95.000,00 euros, resultante de apoios concedidos à Associação de Bombeiros para aquisição de duas viaturas, á Fábrica de Igreja de Bemposta para restauro de altares na igreja e ao Clube de Caça e Pesca para a requalificação do Campo de Tiro.

O valor das transferências efetuadas para as "Famílias" num total de 13.198,39 euros regista um acréscimo de 88,33% face ao ano anterior, sendo que este valor foi destinado ao apoio concedido para a melhoria de 3 habitações a famílias carenciadas.

**ATIVOS FINANCEIROS**

O valor pago no ano 2019, relativamente à rubrica de ativos financeiros está associada à obrigatoriedade da comparticipação do Município para o FAM - Fundo de Apoio Municipal de acordo com a lei n.º 53/2014 de 25 de agosto.

O valor total que o Município tinha que pagar ao longo de 7 anos totalizará 696.718,98 euros, o que correspondia a 99.531,00€, euros por ano. Com a entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2018, foi alterado o artigo 19 da Lei atrás citada, que estabelece que em 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor foi reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente face ao valor da prestação anual, pelo que 2019, 5ª. anuidade, foram pagos 49.765,50 euros, motivo pelo qual reduz 50% comparativamente ao ano de 2017 (valor de referência).

**PASSIVOS FINANCEIROS**

Os gastos incorridos com os "Passivos financeiros", num total de 632.626,58 euros, representam 18,65% do total das despesas de capital em 2019, tendo diminuído 64.538,33 euros face a 2018 e dizem respeito exclusivamente às amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município.

O quadro seguinte espelha o ponto de situação dos empréstimos do município com um registo na redução gradual do serviço da dívida anual, explicada pela redução das taxas de juros e principalmente pela diminuição da dívida de médio e longo prazo.

Descrição	2016		2017		2018		2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortização Anual de Capital	704.669,69	99,20	705.609,24	99,81	697.164,91	99,93	632.626,58	99,95
Encargos Financeiros	5.677,43	0,80	1.355,64	0,19	496,01	0,07	309,61	0,05
Serviço de dívida	710.347,12	100,0	706.964,88	100,0	697.660,92	100,0	632.936,19	100,0



Durante o ano 2019, o município tinha contratado e em dívida 11 empréstimos, desagregados da seguinte forma tendo chegado ao fim um de cada banco:

- Caixa Geral de Depósitos - CGD - (9): 438.351,09 euros;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo - CCAM - (2): 433.011,16 euros.

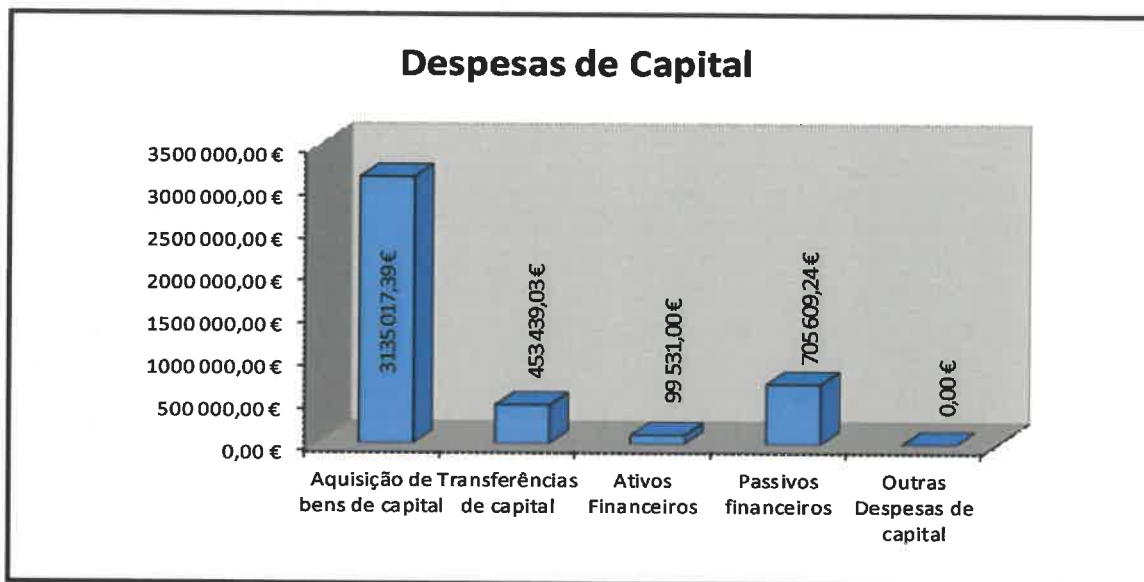
Como sempre o Município de Mogadouro, cumpriu na íntegra os planos de amortização de cada empréstimo, não se registando qualquer imparidade com as entidades financeiras.

Tendo como referência o ano de 2010, o Município reduziu neste período a dívida em mais de 87,76% o equivalente a 6.247.802,23 euros, como pode ser constatado através da informação do mapa seguinte. Esta situação, traduz o esforço significativo que foi feito em termos de redução do serviço de dívida da Autarquia, podendo afirmar-se que a situação atual está perfeitamente controlada.

Evolução dos empréstimos bancários			
Ano	Valor em dívida	Variação (€)	Variação (%)
2010	7.119.164,48		
2011	6.663.620,24	455.544,24	6,84
2012	5.881.685,39	781.934,85	13,29
2013	5.013.100,11	868.585,28	17,33
2014	4.313.593,89	699.506,22	16,22
2015	3.611.432,67	702.161,22	19,44
2016	2.906.762,98	704.669,69	24,24
2017	2.201.153,74	705.609,24	32,06
2018	1.503.988,83	697.660,92	31,70
2019	871.362,25	632.936,19	42,06

O capítulo das "Outras despesas de capital" não regista qualquer movimento.

O gráfico que a seguir se apresenta mostra o peso relativo de cada componente no total da despesa de capital.



### **1.2.3. A Despesa na ótica dos Planos.**

De acordo com o POCAL, os documentos previsionais das autarquias são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, instrumentos de importância crucial para o processo de gestão autárquica. No primeiro caso, trata-se da definição da política financeira de curto prazo; no segundo, diz respeito às linhas de desenvolvimento estratégico de médio e longo prazo.

Este processo de planeamento deve ser visto como um exercício essencialmente dinâmico, ajustável a uma realidade sempre em mutação, em função de alterações conjunturais e de outros fatores. Daí que não possa ser encarado como um instrumento estático, porquanto está sujeito, ao longo do período da sua vida útil, a diversas alterações ou revisões, que não são mais do que meros mecanismos legais previstos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e através dos quais é possível ajustar o Orçamento Municipal às realidades que forem surgindo durante o tempo em que estiver em vigor.

São as Grandes Opções do Plano que estão na base da elaboração de toda a estrutura do Orçamento, pois, ao definir as políticas que a Autarquia pretende

*seguir, a sua realização, nos termos do planejado, apenas será possível através da clarificação, no orçamento, do modo como tais políticas serão exequíveis.*

*Assim, o montante do orçamento com a dotação corrigida, foi repartido da seguinte forma:*



*O Plano Plurianual de Investimentos, inclui todos projetos e ações de investimento a realizar, no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respectiva previsão da despesa.*

*O Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes, sendo estas, como o próprio nome indica, atividades que, pela sua relevância, o Município entende dever realçar nas Grandes Opções do Plano, independentemente da natureza das suas despesas, sejam elas correntes ou de capital.*

*A informação do quadro seguinte apresenta a evolução das Grandes Opções do Plano no último ano, traduzindo os investimentos em articulação com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes.*

**Repartição por funções -2019**



Handwritten signatures and initials in blue ink at the top left of the page.



Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2019				
Código	Designação das rubricas	Valor do	% dentro	% em relação ao
Obj./Prog.		Investimento	Obj./Prog.	Total
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>735.155,65</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,10%</b>
1.1.1.	Administração geral	506.921,43	68,95%	9,03%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	228.235,22	31,05%	4,07%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>2.544.674,69</b>	<b>100,0%</b>	<b>45,35%</b>
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	7.500,00	0,29%	0,13%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	18.469,32	0,73%	0,33%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	4.873,88	0,19%	0,09%
2.3.2.	Ação social	532.721,17	20,94%	9,49%
<b>2.4.</b>	<b>Habitação e serviços coletivos</b>	<b>1.416.663,66</b>	<b>55,67%</b>	<b>25,25%</b>
2.4.2.	Ordenamento do território	64.242,93	2,53%	1,15%
2.4.3.	Saneamento	685.642,33	26,94%	12,22%
2.4.4.	Abastecimento de água	78.739,97	3,09%	1,40%
2.4.5.	Resíduos sólidos	588.038,43	23,11%	10,48%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	0,00	0	0
<b>2.5.</b>	<b>Serviços culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>564.446,66</b>	<b>22,18%</b>	<b>10,06%</b>
2.5.1.	Cultura	280.595,35	11,03%	5,00%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	212.168,01	8,34%	3,78%
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	71.683,30	2,81%	1,28%
<b>3.</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>1.042.963,61</b>	<b>100,0%</b>	<b>18,59%</b>
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0	0
3.2.	Indústria e energia	98.428,28	9,44%	1,75%
3.3.1.	Transportes rodoviários	474.221,22	45,47%	8,45%
3.4.1.	Mercados e Feiras	90.740,00	8,70%	1,62%
3.4.2.	Turismo	379.574,11	36,39%	6,77%
<b>4.</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>1.288.285,52</b>	<b>100,0%</b>	<b>22,96%</b>
4.1.1.	Empréstimos	633.019,19	49,14%	11,28%
4.2.	Transferência entre Administrações	655.266,33	50,86%	11,68%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAIS</b>		<b>5.611.080,47</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,00%</b>



Da análise ao quadro anterior constata-se, na ótica da despesa paga (5.611.080,47), que o final do período em análise a taxa de execução das GOP's foi de 61,37%. No final do ano 2018, o nível de execução foi de 47,82%.

### **1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos**

A execução do PPI demonstra como se concretizou o aumento de capital fixo da instituição, refletindo assim as funções em que se concentraram efetivamente os seus recursos.

## **FUNÇÕES SOCIAIS**

As Funções Sociais voltam a assumir este ano, a maior percentagem do bolo do PPI com o valor de 1.370.034,66 euros, representando 54,61% do total geral e um acréscimo considerável de 1.145.106,29€ em relação ao ano de 2018.

### **ETAR de Urrós**



Neste grupo, são integrados os investimentos em várias áreas, de onde se destacam os valores canalizados para o projeto e requalificação das habitações do Ex Bairro Fundo Fomento e arranjo urbanístico do espaço público envolvente com 434.210,93€, a reformulação do sistema de tratamento de Águas Residuais de Urrós com 420.238,82€, a unificação do sistema de tratamento de água residuais domésticas de Mogadouro com 261.835,53€ e ainda o Parque de lazer de Vilarinho dos Galegos com 49.131,00 euros.

**Parque de Lazer de Vilarinho dos Galegos-Parque Infantil Trindade Coelho**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials on the left side.



## FUNÇÕES ECONÓMICAS

*Por ordem de grandeza em segundo lugar ficam as funções económicas, que em termos de valores globais regista um total de investimento de 661.175,63 euros e que corresponde a 26,36% do bolo geral, mas inferior ao ano de 2018 em 287.215,86. Deste total, destacam-se os 474.221,22 euros gastos na rubrica "Transportes Rodoviários", onde as obras de arruamentos do Concelho com 288.621,29 euros, o Centro de Interpretação do Mundo Rural com 105.102,82€, a construção de Percursos Pedestres no Concelho com 70.143,31€ e também a Sinalização (passadeiras) com 99.279,60 euros, absorvem a maior fatia.*

### *Passadeiras, acalmia de tráfego*



## FUNÇÕES GERAIS

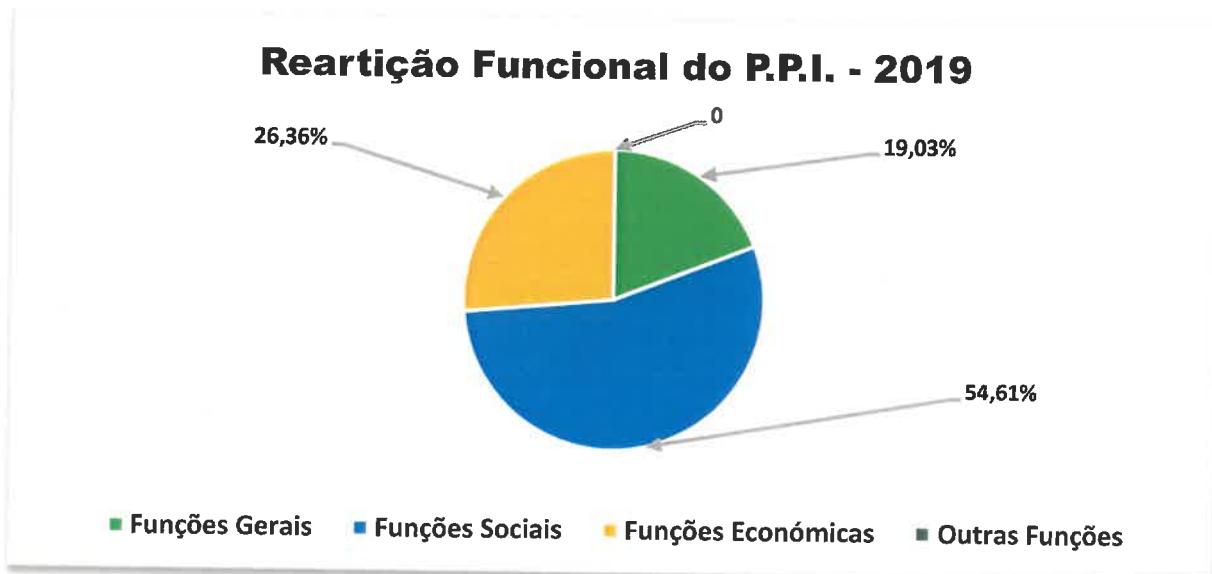


Já o valor pago com as Funções Gerais, relegadas para último, registam um total de 477.310,88 euros, representam 19,03% do total, mostrando uma diminuição face a 2018, de cerca de 20.000,00 euros, sendo que a Administração Geral absorveu a totalidade da verba.

Neste agregado destacam-se os investimentos efetuados na Casa das Associações com um total de 111.654,42€, a aquisição de equipamento informático com 112.168,66€, e a aquisição de equipamento básico no valor de 69.659,93 euros, para além de outros investimentos de menor valor para apetrechamento de diversos serviços, necessários ao regular funcionamento da instituição.

Temos ainda que fazer referência ao valor de 49.765,50€, transferido por imposição legal, para o Fundo de Apoio Municipal.

Assim o Plano Plurianual de Investimentos e relativamente à classificação funcional, ficou distribuído da seguinte forma:



### **1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal**

A dotação da despesa prevista em Plano de Atividades Municipais - PAM (dotação inicial), ascendia a 3.593.265,00€, correspondendo à soma dos montantes afetos aos Planos de Atividades de cada área do Município.

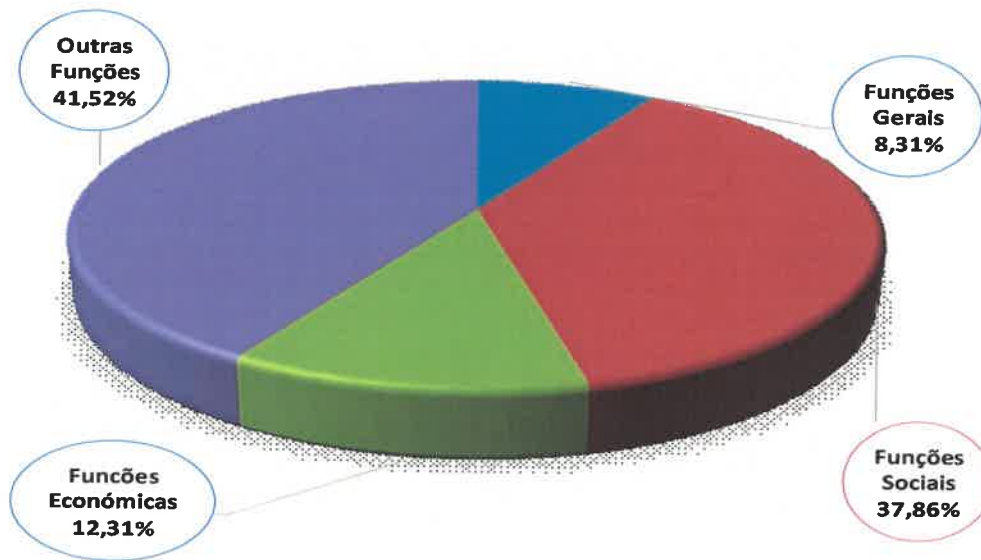


Ao longo do ano, os mesmos sofreram reforços e anulações de dotações, por forma a acompanhar a execução das atividades planeadas e outras, entretanto, surgidas.

As referidas modificações foram feitas ao abrigo das alterações orçamentais elaboradas e aprovadas nos termos legais, do que resultou que, a dotação corrigida do PAM fosse no final do ano de 3.469.565,00€, atingindo uma taxa de execução de 89,42% e que corresponde ao valor de 3.102.559,30€, significando que o Município diminuiu a execução das atividades mais relevantes em apenas 4.352,17 euros, comparativamente ao ano anterior.

O gráfico seguinte, mostra a execução da despesa do PAM por classificação funcional ao longo do ano de 2019.

#### REPARTIÇÃO FUNCIONAL DO P.A.M - 2019



Ao nível das Funções Globais da Autarquia e contrariamente ao que aconteceu no P.P.I., a que revelou ter mais expressão em 2019, foi o grupo das "Outras funções", onde se destaca a rubrica de "Transferências entre Administrações" no total de 655.266,33€, onde se inserem as transferências



efetuadas às Juntas de Freguesia do Concelho, conforme mapa que se segue e as "operações de dívida autárquica" com pagamentos no valor de 633.019,19 euros.

Transferência para as Juntas de Freguesia			
Entidades	Transferências		
Freguesias	Correntes	Capital	Total
Azinhoso	21.119,65		21.119,65
Bemposta	36.730,55		36.730,55
Bruçó	10.120,34		10.120,34
Brunhoso	11.464,58		11.464,58
Castelo Branco	24.524,66		24.524,66
Castro Vicente	21.760,42		21.760,42
Meirinhos	15.571,30		15.571,30
Paradela	12.867,56		12.867,56
Penas Roias	22.601,13		22.601,13
Peredo de Bemposta	13.509,27		13.509,27
Saldanha	17.194,07		17.194,07
São Martinho do Peso	29.790,29		29.790,29
Tó	9.581,08	7.500,00	17.081,08
Travanca	12.907,35		12.907,35
Urrós	17.193,25	27.253,13	44.446,38
Vale da Madre	8.839,73	2.500,00	11.339,73
Vila de Ala	19.597,44		19.597,44
União de Freguesias, de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane	20.558,34	5.565,00	26.123,34
União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei	40.661,51		40.661,51
União de Freguesias de Remondes e Soutelo	24.464,20		24.464,20
União de Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo	22.962,31		22.962,31
Ministério das Finanças	12.633,59		12.633,59
<b>TOTAIS</b>	<b>426.652,62</b>	<b>42.818,13</b>	<b>469.470,75</b>



*De referir o valor de 12.633,59 euros atribuído às Freguesias, transferido diretamente pela Autoridade Tributária ao abrigo da alínea a) do n.º1 do artigo 23º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro inerentes a 1% da receita de IMI sobre os prédios rústicos.*

Em segundo lugar com 1.174.640,03€ e uma taxa de execução de 90,03%, surgem as "Funções Sociais", onde se incluem a Educação, a Saúde, a Segurança e ações sociais a Habitação e serviços coletivos e a Cultura, refletindo um crescimento de 27.819,21€ em relação a 2018.

Neste conjunto destacam-se a Habitação e serviços coletivos onde se inserem os "resíduos sólidos" relativos á limpeza e recolha de lixo que por si só totalizam 588.038,43€ e correspondem a 50,06% deste agregado, os "Serviços Culturais, Recreativos Culturais e Religiosos" com 466.393,21€ desagregada pelos setores da "Cultura" 260.208,10 euros, cujo destaque vai para os subsídios atribuídos às Associações no valor de 196.997,00€ e pelo "Desporto, Recreio e Lazer" com 134.501,81€ onde se destacam as despesas pagas como o XVI encontro de anciãos no valor de 28.767,50€ e o programa "Red Burros", com 40.198,41 euros gastos. Para a "Ação Social" foram canalizados 98.510,24€, destinados na sua maioria aos encargos com o Espaço Maios no valor de 33.444,74 euros, o pagamento de acordos de cooperação com IPSS no valor de 16.742,80€, e ainda ao apoio á compra de medicamentos e habitação social no valor de 16.717,68€ e 13.198,39€ respetivamente e ainda os 34.038,01€ e outros no valor de 18.406,63 euros, onde se enquadram o apoio às rendas de habitação ou os cabazes de Natal entregues.

#### **Recuperação de habitação**



As "Funções Económicas", com 381.787,98€ surgem em terceiro lugar do total gasto (12,30%) e com uma taxa de execução de 81,44%. Deste volume, destacam-se os pagamentos no montante de 86.720,00€ do grupo "Indústria e Energia" destinados ao apoio á criação de emprego e 295.067,98€ do grupo "Comércio e Turismo", cuja repartição foi feita essencialmente pela promoção da Feira dos Gorazes através da Associação de Comerciantes com a atribuição de 75.000,00 euros, os 103.364,87€ gastos com o festival da Terra Transmontana e os 60.034,53€ para a Feira Franca dos Produtos da Terra/Amendoeiras em Flor.

As "Funções Gerais" surgem em último lugar com um total de 257.845,77€, o que representa 8,31% do total do Plano das Atividades Municipais. O valor deste grupo que teve uma taxa de execução de 95,74%, foi transferido quase na totalidade aos Bombeiros Voluntários de Mogadouro (88,52%) para pagamento aos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente num total de 113.351,62 euros e ainda dos protocolos celebrados com aquela instituição no valor de 114.883,60 euros.

## **2. ENDIVIDAMENTO**



*A elaboração e análise da informação financeira do Município para além de uma obrigação decorrente do normativo legal é também uma fonte primordial de informação no sentido de apoiar as decisões do Órgão Executivo.*

### **Limites Legais**

*Toda a Administração Pública está sujeita ao princípio da estabilidade orçamental, a qual consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental. Cada subsetor, no caso a Administração Local, deve contribuir para esse equilíbrio de forma proporcional.*

*No âmbito da estratégia de consolidação orçamental definida pelo Governo, foram consagradas medidas de apertado controlo do endividamento municipal. Embora a Lei das Finanças Locais, consagre as normas que estabelecem limites máximos ao endividamento municipal, anualmente, têm vindo a ser estatuídas na Lei do Orçamento de Estado (LOE) normas e limites mais restritivos à capacidade de endividamento de cada município, face aos objetivos traçados, em termos de metas orçamentais do Programa de Assistência Económica e Financeira.*

*A entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), em 01/01/2014, trouxe uma mudança substancial do conceito de endividamento municipal. O enfoque do controlo, deixou de estar centrado no endividamento líquido e no endividamento de médio e longo prazo, introduzindo-se o conceito de dívida total de operações orçamentais do município, o qual engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (n.º 2 do art.º 52.º da referida LFL).*

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top left of the page.



Handwritten signatures in blue ink at the top center of the page.

Estabelece o n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que "a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

A violação do disposto no n.º 1 do mesmo artigo (excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano), determina uma redução de pelo menos 10% do montante em excesso até que aquele limite seja cumprido e caso cumpra o limite previsto, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Também o Orçamento do Estado de 2017, Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro no seu n.º 3 do artigo 74.º, estabelece que no caso de incumprimento, há lugar à retenção, no montante equivalente ao do valor em falta, da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No entanto, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, nos termos do n.º 1 do art.º 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são relevantes as seguintes entidades:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais;
- c) As empresas locais e participadas;
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.



Ora, no caso do município de Mogadouro e depois de analisados os dados da Direcção-Geral das Autarquias Locais - DGAL, nomeadamente, os que constam da Ficha do Município no Portal Autárquico, retratamos no quadro seguinte, o limite de endividamento do município para o ano de 2019:

Receita corrente líquida				Média da Receita Corrente Líquida dos 3 últimos anos	Limite da dívida total
2016	2017	2018	Total		
11.651.553€	11.461.833€	11.551.248€	34.664.634€	11.554.878€	17.332.317,00€

Sendo a capacidade de endividamento de 17.332.317,00€, o mapa seguinte reflete a situação do Município entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019, verificando-se uma situação de cumprimento dos limites legalmente definidos:

Dívida Total					
Limite p/ 2019	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part.	Dívida Total Excluindo não Orçamentais e FAM	Margem Absoluta	Margem utilizável (20%)
17.332.317	01 - janeiro - 2019				
	2.104.116	298.132	1.938.728	15.393.589	3.078.718
	31 - dezembro - 2019				
	1.387.860	158.773	1.072.442	16.259.875	3.251.975
Variação da dívida total					-44,68%

Tendo em conta o valor da dívida das entidades que de acordo com a Lei, contribuem para o endividamento municipal fixada a em 158.773 euros, face aos valores apresentados, a margem absoluta para o total da dívida é de 16.259.875€ (17.332.317 - 1.072.442).

Como atrás foi referido, as entidades cumpridoras onde o Município de Mogadouro se insere, podem aumentar a dívida em 20% da margem disponível no

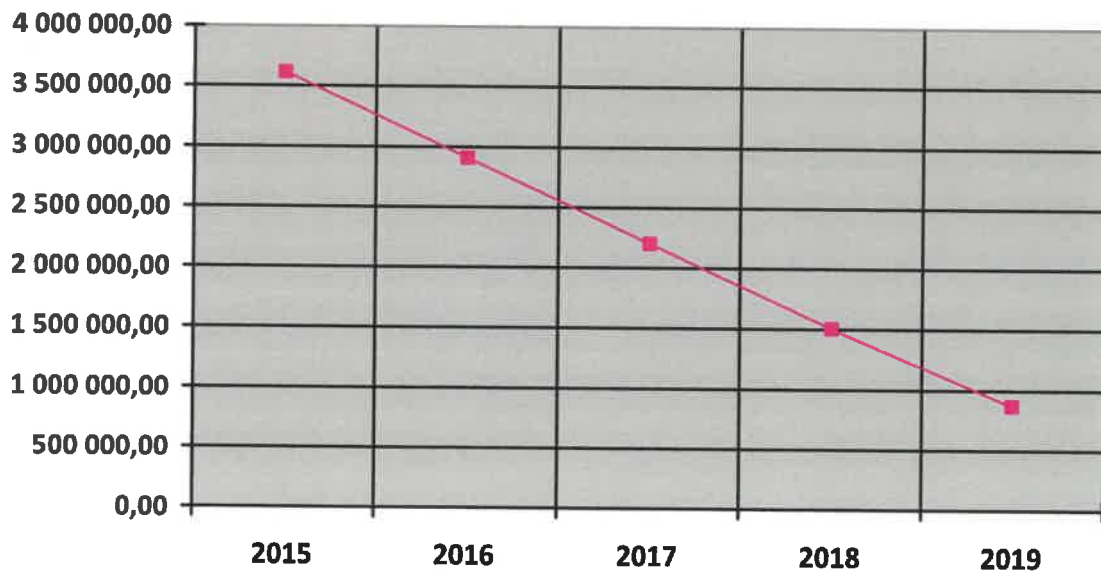


início de cada um dos exercícios, ou seja, podemos aumentar a dívida em 3.251.975€ (16.259.875€ x 20%).

**Evolução da Situação do Endividamento Bancário MLP**

Gerência	2015	2016	2017	2018	2019
Total Capital em dívida de MLP	3.611.432,67	2.906.792,98	2.201.153,74	1.503.988,83	871.362,25

Conforme se pode verificar pelo quadro supra, entre 2015 e 2019, foram amortizados 2.740.070,42€, tendo o endividamento de MLP, reduzido mais de 75%, durante este período, o que conforme o gráfico infra, nos mostra uma queda acentuada.



**Dívida a Fornecedores e Pagamentos em Atraso:**

A dívida de curto-prazo a fornecedores ascendia, em 1 de janeiro de 2019, de acordo com os mapas da DGAL (Mapa de pagamentos em atraso), a 129.546,37€. A 31 de dezembro de 2019, os mesmos mapas indicam que a dívida era de 28.379,36€. O valor da dívida é praticamente nulo, embora a mesma seja inconstante de acordo com a data ou entrega da faturação.

Quanto aos pagamentos em atraso (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), manteve-se a situação de inexistência de pagamentos em atraso.

O prazo médio de pagamentos divulgado pela DGAL, relativo ao último trimestre de 2019, foi de 8 dias, o que significa que o prazo médio reduziu 4 dias em relação ao mês de dezembro de 2018.

### **3. Despesas com o Pessoal**

As Leis de Orçamento de Estado, dos últimos anos, têm vindo a definir os limites das despesas com o pessoal.

De acordo com informação da DGAL, na ficha do Município relativa ao 4.º trimestre de 2019, o aumento de pessoal ao serviço foi de 0,54%, o que correspondeu o acréscimo de 1 colaborador. O nº de colaboradores a 31 de dezembro de 2019 passou a ser de 185.

### **4. Poupança Corrente**

A poupança corrente cifrou-se em 1.657.058,84€ traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal Receitas Correntes/Despesas Correntes, que regista o resultado de 116,69%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental conforme al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL, segundo o qual "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes".

Encontra-se, igualmente, cumprido o disposto no nº 2 do art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que refere "a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo".



Receita Corrente Cobrada Bruta	Despesa Corrente 2019	Amortização Média de Empréstimos MLP	Despesa Corrente + Amortização Média de Empréstimos MLP
11.586.978,45€	9.929.919,61€	685.751,31€	10.615.670,92€

## V - ANÁLISE PATRIMONIAL

### 1. Evolução da Situação Económica e Financeira

O ponto 2.6 do POCAL integra os princípios orçamentais e contabilísticos, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, bem como os documentos previsionais e os de prestação de contas.

A análise seguinte, que dá ênfase à situação económico-financeira, sintetiza os resultados alcançados pelo Município de Mogadouro no decurso da sua atividade entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019 e a sua situação patrimonial e financeira nesta última data. Para melhor compreensão destes indicadores, tal exercício deverá ser efetuado em articulação com as demonstrações financeiras e respetivas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados. Todas as peças constantes no presente documento foram elaboradas nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL, de modo a facultar o conhecimento integral e exato da composição do património, bem como dos direitos e obrigações da autarquia. Nesse sentido, as análises que se apresentam nas próximas páginas visam, permitir uma leitura cabal e fiável da realidade económica e financeira da Autarquia à data do encerramento do exercício.

#### 1.1. Análise ao Balanço

O balanço, enquanto documento contabilístico de base financeira, espelha a situação patrimonial da Autarquia à data do fecho de contas. Nesse âmbito, e de modo a facilitar análise das três massas patrimoniais que o compõe,



nomeadamente o ativo, os fundos próprios e o passivo, apresentam-se de seguida alguns elementos elucidativos, todos eles elaborados com base no balanço sintético do Município. O sistema contabilístico que, em termos de estrutura e de mapas finais, é similar à contabilidade das empresas privadas, normalmente designada por contabilidade geral ou financeira. Os mapas mais importantes, normalmente denominados como principais peças contabilísticas, são o Balanço, a Demonstração de Resultados e correspondentes anexos. Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objetivos:

- Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;
- Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;
- Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;
- Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;
- Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento
- Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os custos e os proveitos dos serviços.

Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:



➤ **Fiabilidade**, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;

➤ **Relevância**, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;

➤ **Comparabilidade**, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos que devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adotar a normalização, vista como a adoção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.

Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.

O balanço é normalmente elaborado e reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade refletir a posição financeira e patrimonial da Autarquia com os ativos, os passivos e os fundos próprios do Município devidamente agrupados e classificados.

Os ativos constituem todos os bens e direitos adquiridos pela Autarquia.

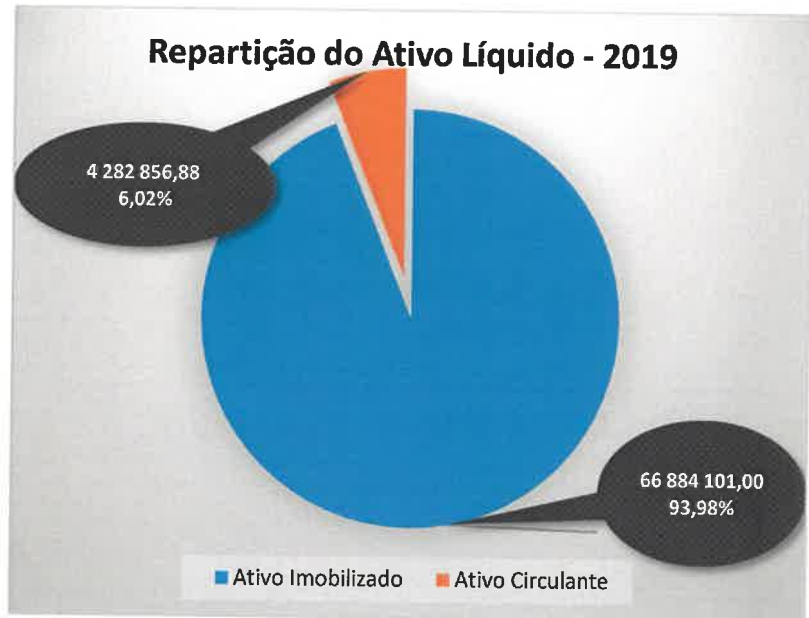




Assim temos:

➡ Um decréscimo de 3,96% do **Ativo Total**, devido essencialmente à componente **Imobilizado** que decresceu 4,94%, e o **Ativo Circulante** que registou um crescimento de 14,43%.

O **Imobilizado** composto pelos elementos do património da Autarquia que têm carácter permanente e não destinados a venda, representa 93,98% do **Ativo**, e o **Ativo Circulante** 6,02%:



➡ No âmbito do **Ativo Imobilizado**, as **Imobilizações Corpóreas**, continuam a assumir o maior peso percentual (62,31%), tendo apresentado uma variação negativa de 0,65%, face ao ano de 2018, sendo que 75,55% deste tipo de imobilizado corresponde a "edifícios e outras construções" e 15,81% a "terrenos e recursos naturais".

➡ Em termos de importância e ainda no contexto do imobilizado, seguem-se os **Bens de Domínio Público**, com 35,19%, constituídos na maioria por "outras construções e infraestruturas" (92,87%) e por "imobilizações em curso" (4,14%), as quais no seu todo, apresentaram um decréscimo de 12,12%.

➡ As **Imobilizações Incorpóreas** registaram um crescimento de 63,16% e representam 0,26% do total, tendo-se passado o contrário com os **Investimentos Financeiros** que representam 2,24% do total e uma variação negativa de 1,46%.

➡ No contexto do **Ativo Circulante**, destacam-se as **disponibilidades** com 90,18%, as quais registaram um aumento de 15,46% em relação a 2018, especialmente motivado pelo aumento dos depósitos em instituições bancárias,



enquanto que o peso das dívidas de terceiros de curto prazo, representa apenas 4,15% e também uma redução da dívida em 8,12% em relação ao ano anterior.

➡ As **Existências** detêm um valor residual no contexto do Ativo Circulante (4,21%) registrando no final do ano, uma variação positiva de 15,25% face a 2018, bem como os **Acréscimos e Diferimentos**, que visam dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios ou do acréscimo, que detêm apenas 1,46% e regista um acréscimo de 30,47%.

➡ Passando à análise do **Capital Próprio e Passivo**, de registar as seguintes variações face a 2018:

#### Fundos Próprios:

*O passivo, que representa, à data de encerramento das contas, a totalidade das obrigações da autarquia para com terceiros e que são reflexo de acontecimentos passados, regista o seguinte:*

➡ A manutenção do peso dos **Fundos Próprios** (69,56%) face ao **Passivo** (30,44%);

➡ Redução em 11,22% nos **Resultados Transitados**;

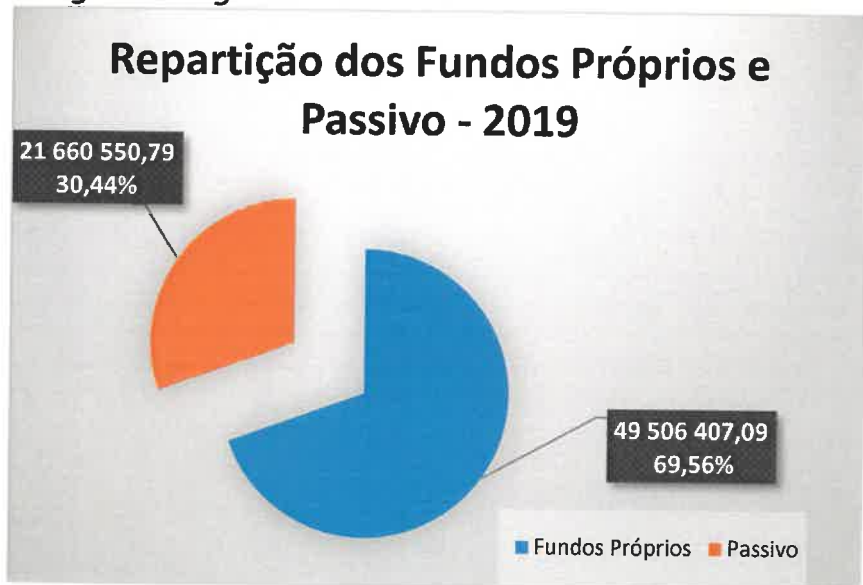
➡ Redução de 29,77% no **Resultado Líquido do Exercício**;

#### Líquido do Exercício:

➡ Aumento de 0,06% nos **subsídios**.

#### Passivo:

➡ Redução em 42,07% na conta "dívida a terceiros de Médio e Longo Prazo" e que corresponde às dívidas cuja exigibilidade de pagamento ocorra num período



superior a um ano; enquadrando-se nesta rubrica, as dívidas resultantes de empréstimos a instituições financeiras;

➡ Diminuição da Dívida a Terceiros de Curto Prazo em 15,34%, que corresponde às dívidas cuja exigibilidade de pagamento ocorra num horizonte temporal nunca superior a um ano, enquadrando-se nesta rubrica as dívidas a fornecedores, fornecedores de imobilizado e outros credores e ainda por força da imposição da DGAL, o reconhecimento do montante de capitalização do FAM), embora o mesmo não releve para o limite da dívida total.

➡ Diminuição dos acréscimos e diferimentos em 4,28% devido à componente proveitos diferidos.

No global, a evolução patrimonial da Autarquia no ano de 2019 permite-nos concluir que o total do ativo líquido da câmara municipal totaliza 71.166.957,88€, registando assim, um decréscimo de 2.932.866,30€ face ao ano de 2018. A redução resulta do elevado valor das amortizações que no ano em apreço, regista o valor de 6.321.677,91€, ou seja, um valor superior ao investimento realizado durante o ano em análise.

➡ A rubrica de utentes, com 141.218,33€ apresenta um valor inferior ao de 2018 e representa as dívidas resultantes da prestação de serviços de água, saneamento e resíduos e outros serviços para com o Município.

➡ Quanto ao Passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de curto prazo, o valor da dívida a fornecedores é de 28.379,36€ relativa a faturas a pagar, embora 13.227,11 euros estejam ainda para conferência.

➡ Durante o ano 2019 o valor dos empréstimos de Médio Longo Prazo registou um decréscimo de 632.626,58€, que corresponde ao valor pago em amortizações de capital.

➡ Salienta-se o facto de o município apresentar em 31/12/2019, disponibilidades de 3.862.152,78 euros, das quais 3.412.844,38 euros, são operações orçamentais, e comparativamente ao ano de 2018, regista um acréscimo de 456.852,17 euros só nesta componente.

**Síntese da Estrutura do Balanço**

ATIVO	2018	%	2019	%	Variação
<b>Imobilizado</b>	<b>70.356.983,83€</b>	<b>94,95%</b>	<b>66.884.101,00€</b>	<b>93,98%</b>	<b>-4,94%</b>
Bens de domínio Público	26.784.817,39€	36,15%	23.538.367,90€	33,07%	-12,12%
Imobilizações Incorpóreas	107.873,18€	0,15%	176.003,53€	0,25%	63,16%
Imobilizações Corpóreas	41.944.393,38€	56,60%	41.672.037,97€	58,56%	-0,65%
Investimentos Financeiros	1.519.899,88€	2,05%	1.497.691,60€	2,10%	-1,46%
<b>Circulante</b>	<b>3.742.840,35€</b>	<b>5,05%</b>	<b>4.282.856,88€</b>	<b>6,02%</b>	<b>14,43%</b>
Existências	156.549,17€	0,21%	180.426,91€	0,25%	15,25%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	193.638,30€	0,26%	177.925,92€	0,25%	-8,12%
Disponibilidades	3.344.863,81€	4,52%	3.862.152,78€	5,43%	15,46%
Acréscimos e diferimentos	47.789,07€	0,06%	62.351,27€	0,09%	30,47%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>74.099.824,18€</b>	<b>100%</b>	<b>71.166.957,88€</b>	<b>100%</b>	<b>-3,96%</b>

Fundos Próprios e Passivos	2018	%	2019	%	Variação
<b>Fundos Próprios</b>	<b>50.807.275,70€</b>	<b>68,57%</b>	<b>49.506.407,09€</b>	<b>69,56%</b>	<b>-2,56%</b>
Património	16.067.419,56€	21,68%	16.067.419,56€	22,58%	0
Subsídios	18.782.044,16€	25,35%	18.792.544,16€	26,40%	0,06%
Doações	150.456,00€	0,20%	150.456,00€	0,21%	0
Resultados Transitados	18.300.385,42€	24,70%	16.246.770,98€	22,83%	-11,22%
Resultado Líquido do Exercício	-2.493.029,44€	-3,36%	-1.750.783,61€	-2,46%	-29,77%
<b>Passivo</b>	<b>23.292.548,48€</b>	<b>31,43%</b>	<b>21.660.550,79€</b>	<b>30,44%</b>	<b>-7,01%</b>
Dívidas a Terceiros- Médio e Longo Prazo	1.503.988,83€	2,03%	871.362,25€	1,23%	-42,07%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	600.127,29€	0,81%	508.053,70€	0,71%	-15,34%
Acréscimos e diferimentos	21.188.432,36€	28,59%	20.281.134,84€	28,50%	-4,28%
<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>74.099.824,18€</b>	<b>100%</b>	<b>71.166.957,88€</b>	<b>100%</b>	<b>-3,96%</b>



## 1.2. Análise à Demonstração de Resultados:

- A Análise terá agora como principal abordagem a Demonstração de Resultados, peça financeira que agrupa e classifica por natureza, os vários tipos de custos e proveitos, que ocorrem num determinado período de tempo, por regra coincidente com o exercício económico, facultando a interpretação do desempenho do Município, e da sua atividade nesse período.
- *Pela diferença entre as rubricas de proveitos e as rubricas de custos que ocorreram ao longo do exercício de 2019, apura-se o resultado do exercício (Proveitos - Custos = Resultados), sendo ainda possível obter resultados em função da sua natureza, sejam eles operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.*
- *Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que, face ao ano transato, se assistiu a um aumento dos Custos e Perdas em 53.711,36 euros que corresponde a 0,33%, significando que o Município suportou mais custos com a sua atividade normal.*
- *Os Proveitos e Ganhos apresentam também um acréscimo de 711.860,01 euros, face a 2018 o que corresponde a uma variação positiva de 5,07%.*
- *O Resultado Líquido do Exercício cifrou-se no valor negativo de 1.750.783,61€, menos 27,32% do que o registado em 2018.*
- *Apresenta-se, de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada Conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano anterior.*

**Síntese da Demonstração de Resultados**

Custos e Perdas	2018	%	2019	%	Variação
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	494.490,68€	3,00%	500.161,83€	3,03%	1,15%
Fornecimentos e Serviços Externos	4.606.998,42€	27,99%	4.228.690,35€	25,61%	-6,91%
Custos com Pessoal	2.822.814,92€	17,15%	3.787.114,07€	22,93%	34,16%
Transferências e Subsídios Correntes	1.318.536,67€	8,01%	1.290.343,73€	7,81%	-2,14%
Amortizações do exercício	6.652.432,27€	40,42%	6.321.677,91€	38,28%	-4,97%
Provisões do exercício	2.337,35€	0,02%	1.678,58€	0,01%	-28,18%
Outros custos operacionais	63.176,09€	0,38%	66.122,53€	0,40%	4,66%
Custos e Perdas Financeiras	26.771,36€	0,16%	25.658,96€	0,16%	-4,16%
Custos e Perdas Extraordinárias	472.984,70€	2,87%	292.805,86€	1,77%	-38,10%
<b>Total de Custos e Perdas</b>	<b>16.460.542,46€</b>	<b>100%</b>	<b>16.514.253,82€</b>	<b>100%</b>	<b>0,33%</b>
<b>Resultado Líquido Exercício</b>	<b>-2.493.029,44€</b>		<b>-1.750.783,61€</b>		<b>-29,77%</b>
	<b>13.967.513,02€</b>		<b>14.763.470,21€</b>		<b>5,70%</b>

Proveitos e Ganhos	2018	%	2019	%	Variação
Prestações de Serviços	986.299,87€	7,06%	985.247,50€	6,67%	-0,11%
Impostos e Taxas	1.052.764,92€	7,54%	1.058.784,23€	7,17%	0,57%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	7.853,24€	0,05%	
Proveitos Suplementares	4.554,68€	0,03%	4.630,00€	0,03%	1,65%
Transferências e subsídios obtidos	9.680.280,23€	69,31%	10.251.033,60€	69,44%	4,98%
Proveitos e Ganhos Financeiros	520.975,71€	3,723%	677.858,19€	4,59%	30,11%
Proveitos Extraordinários	1.722.647,61€	12,33%	1.778.063,45€	12,05%	3,22%
<b>Total Proveitos e Ganhos</b>	<b>13.967.513,02€</b>	<b>100%</b>	<b>14.763.470,21€</b>	<b>100%</b>	<b>5,70%</b>

- Em termos globais, comparando Custos e Perdas com Proveitos e Ganhos, verifica-se um saldo negativo uma vez que, os primeiros foram superiores aos segundos, cuja diferença é traduzida por um Resultado Líquido do Exercício negativo, como já foi dito.



- *Analisada a estrutura da **Demonstração de Resultados**, no global, verificam-se algumas alterações na repartição do peso percentual de cada uma das contas que a integram, quer ao nível de "Custos e Perdas", quer ao nível do "Proveitos e Ganhos".*
- *Ao nível dos "Custos e Perdas", de registar o aumento de 34,16% nos "Custos com o Pessoal", dos "Outros Custos Operacionais" com 4,66% e de 1,15% no "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas", em contrapartida da redução dos "Custos e Perdas Extraordinárias" em 38,10%, dos "Fornecimentos e Serviços Externos" em 6,91 %, das "Transferências, Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais" de 2,14% e também dos "Custos e Perdas Financeiras" em 4,16% embora com valores reduzidos.*
- *As "Amortizações do Exercício" com 38,28%, contribuem com a maior fatia dos "Custos e Perdas", seguindo-se em ordem de importância os "Fornecimentos e serviços externos" com 25,61% e os "Custos com Pessoal" com 22,93%.*
- *Quanto aos "Proveitos e Ganhos", de registar que à exceção das "Prestações de Serviços" que desceram 0,11%, todos os outros itens tiveram variações positivas com destaque dos 30,11% nos "Proveitos e Ganhos Financeiros", mas também as "Transferências e subsídios obtidos" que cresceram 4,98%, os "Proveitos Extraordinários" com 3,22%, os "Proveitos Suplementares" com 1,65% e os "Impostos e Taxas" em 0,57%.*
- *Repartidos os "Custos e Perdas", por Operacionais, Financeiros e Extraordinários, os primeiros representam 98,07% dos custos e perdas incorridos em 2019, seguindo-se os Custos e Perdas Financeiros, que representaram apenas 0,16% e os Custos e Perdas Extraordinários com 1,77%.*



- Quanto aos "Proveitos e Ganhos", constata-se que os Proveitos e Ganhos Operacionais registaram 83,36% do total, cabendo aos Proveitos e Ganhos Financeiros 4,59% e aos Proveitos Extraordinários os restantes 12,05%.
2. Agrupados e classificados por natureza, os vários tipos de custos e proveitos, a demonstração de resultados oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais da Autarquia, os quais se dividem da seguinte forma:
- **Operacionais:** obtidos pelo balanceamento entre os custos operacionais e os proveitos operacionais;
  - **Financeiros:** obtidos pelo balanceamento entre os custos financeiros e os proveitos financeiros;
  - **Correntes:** obtidos pela soma dos dois resultados anteriores (operacionais + financeiros);
  - **Extraordinários:** obtidos pelo balanceamento entre os custos extraordinários e os proveitos extraordinários;
  - **Líquidos:** obtidos pela aglutinação dos resultados correntes com os extraordinários.
3. No ano 2019 o município apresentou resultados operacionais negativos no valor de 3.888.240,43 € ou seja menos 348.746,27€ que em 2018.
4. Ao contrário, os resultados financeiros, foram positivos em 652.199,23€ e os extraordinários em 1.485.257,59 euros.





**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

*Nos termos do ponto n.º 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo do Município mediante proposta do órgão executivo.*

*O mesmo ponto determina que os resultados negativos devem ser cobertos pelas reservas, se existentes, e na sua falta, devem transitar em conta.*

*Assim sendo, propõe-se que o resultado negativo 1.750.783,60€, transite em conta á semelhança dos resultados de anos anteriores.*